



CLIPPING E CURADORIA DE NOTÍCIAS
28 e 29/06/2021

ÍNDICE NOTÍCIAS DA INSTITUIÇÃO

1. RELATÓRIO
2. Sesc RN lança novo edital Poti-Cultural para selecionar 36 propostas – TRIBUNA DE NOTÍCIAS – Rio Grande do Norte – 28/06/2021
3. Sesc RN lança novo edital Poti-Cultural para selecionar 36 propostas – PORTAL DO OESTE – Rio Grande do Norte – 28/06/2021
4. Sesc RN lança novo edital Poti-Cultural para selecionar 36 propostas – TRIBUNA DO NORTE – Rio Grande do Norte – 28/06/2021
5. Sesc RN lança novo edital Poti-Cultural para selecionar 36 propostas – O MOSSOROENSE – Rio Grande do Norte – 28/06/2021
6. Sesc RN lança novo edital Poti-Cultural para selecionar 36 propostas – CRISTINA LIRA – Rio Grande do Norte – 28/06/2021
7. Sesc RN lança novo edital Poti-Cultural para selecionar 36 propostas – BLOG ANTENADO – Rio Grande do Norte – 28/06/2021
8. Coluna Negócios e Finanças – TRIBUNA DO NORTE – Rio Grande do Norte – 29/06/2021
9. Fórum de Turismo de Nísia Floresta será nesta quinta e sexta no Praia Bonita Resort – BLOG E-TURISMO – Rio Grande do Norte – 28/06/2021
10. Azul irá operar mais um voo para Natal – FOCO NORDESTE – Rio Grande do Norte – 28/06/2021
11. CNC inicia atividades do projeto Vai Turismo – REVISTA E EVENTOS – São Paulo – 28/06/2021
12. Sebrae e MDR se unem para fortalecer cadeias produtivas – TRIBUNA DO NORTE – Rio Grande do Norte – 29/06/2021
13. Gás tem lta de 27,61% em 12 meses – TRIBUNA DO NORTE – Rio Grande do Norte – 29/06/2021

14. Natal amplia vacinação para 44 anos sem comorbidades – TRIBUNA DO NORTE – Rio Grande do Norte – 29/06/2021
15. Estado tem 67 cidades em rodízio – TRIBUNA DO NORTE – Rio Grande do Norte – 29/06/2021
16. CPI pretende investigar compra de testes e fechar o cerco a líder do governo - FOLHA - 29/06/2021
17. Senadores mandam notícia-crime ao STF contra Bolsonaro - FOLHA - 29/06/2021
18. Em debate na Câmara, voto impresso esbarra em falta de apoio de partidos - FOLHA - 29/06/2021
19. Emenda que inclui juiz e promotor na reforma administrativa pode fracassar - FOLHA - 29/06/2021
20. Governo pretende usar reforma do IR para bancar novo programa social - FOLHA - 29/06/2021
21. Preço de produtos de festa junina sobe 16% em 12 meses, mais que o dobro da inflação - FOLHA - 29/06/2021
22. Coronavac é segura e induz resposta imune em crianças a partir de 3 anos - FOLHA - 29/06/2021
23. Proteção das vacinas da Pfizer e da Moderna pode durar anos - FOLHA - 29/06/2021
24. Orçamento secreto inclui outros três ministérios - ESTADÃO - 29/06/2021
25. Adiar mais a 2ª dose é efetivo com a AstraZeneca - ESTADÃO - 29/06/2021
26. Com risco de racionamento, Aneel avalia dobrar taxa extra na conta de luz - ESTADÃO - 29/06/2021
27. Economia rebate críticas à tributária - ESTADÃO - 29/06/2021
28. GRÁFICOS

RELATÓRIO

O Sesc RN vai lançar em 1º de julho o edital de seleção de propostas digitais para o projeto Poti-Cultural 2021. São R\$ 264 mil investidos em duas linhas: Fomento ao Audiovisual e Pluralidade das Artes. Serão selecionados 6 trabalhos para o Audiovisual e 30 para as artes.

Os filmes inéditos, aprovados da linha Audiovisual, vão receber R\$ 17 mil e serão exibidos no primeiro semestre do ano que vem. Os eixos temáticos envolvem legados aos efeitos da pandemia, patrimônio imaterial no RN e legados da cultura popular potiguar na infância e juventude.

Com investimento de R\$ 2,5 mil para cada trabalho selecionado, a linha Pluralidade das Artes conta com propostas nos seguintes segmentos: artes cênicas, audiovisual, música, literatura, artes visuais, arte educação, patrimônio cultural e ações formativas em cultura.

O edital está disponível no site do Sesc RN: www.sescrn.com.br. As inscrições seguem até o dia 16 de julho.

No Praia Bonita Resort & Convention, será realizado nesta quinta e sexta-feira, 1º e 2 de julho, a segunda edição do Fórum de Turismo de Nísia Floresta. Empreendedores, associações de classe e ONGs participam do evento presencial, que tem como objetivo fomentar o turismo do município.

Outra boa notícia do turismo vem do ar. A partir de 1º de julho a Azul Linhas Aéreas começa a operar mais um voo ligando Natal a Campinas/SP. As passagens para os novos voos já estão à venda em todos os canais oficiais da companhia aérea.

E para impulsionar a volta gradual do turismo, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) lançou o movimento 'Vai Turismo - Rumo ao Futuro'. O objetivo é integrar propostas e conectar instituições, que podem recomendar políticas públicas para o setor a tempo das eleições de 2022.

Na economia, o gás sofreu nova alta. A alta média do gás de cozinha nos últimos 12 meses, no Brasil, chegou a 27,61%. No Rio Grande do Norte, a alta acumulada é de 36,94%. O preço do botijão no Estado passou de R\$ 95,00 para R\$ 100,00, podendo chegar até R\$ 105,00.

Na saúde, a vacina chegou às pessoas com 44 anos sem comorbidade, em Natal. A expectativa da Secretaria de Saúde do Município é para que a redução gradual da imunização por idade possa alcançar os 40 anos até o fim de semana. Já são 71 milhões de brasileiros vacinados com a primeira dose, o que representa 44% da população.

No cenário nacional, a CPI da Covi anuncia que pretende investigar a compra de testes da Covid e fechar o cerco ao líder do governo. A cúpula da comissão parlamentar de inquérito prevê uma sessão secreta para ouvir o servidor que denunciou irregularidades também em aquisição da vacina Covaxin.

Enquanto isso, Senadores ingressaram com uma notícia-crime no STF contra o presidente Jair Bolsonaro pelo crime de prevaricação. A ministra Rosa Weber foi sorteada relatora do processo.

Link	http://www.tribunadenoticias.com.br/2021/06/sesc-rn-lanca-novo-edital-poti-cultural.html?m=1
------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

SESC RN LANÇA NOVO EDITAL POTI-CULTURAL PARA SELECIONAR 36 PROPOSTAS



iniciativa surgiu com muitas novidades para escolher 6 trabalhos de fomento ao audiovisual e até 30 de pluralidade das artes

O Serviço Social do Comércio RN (Sesc RN), entidade do Sistema Fecomércio, lançará, no dia 1º de julho, o edital de seleção de propostas digitais para o projeto Poti-Cultural 2021. Neste ano, serão investidos R\$ 264 mil em duas linhas: uma de Fomento ao Audiovisual e outra de Pluralidade das Artes, selecionando 6 e 30 trabalhos, respectivamente.

O presidente do Sistema Fecomércio, Marcelo Queiroz, lembra que a iniciativa surgiu em 2020, quando a cadeia de eventos ficou paralisada e a classe artística teve sua renda comprometida. “O setor cultural foi um dos mais impactados com a crise e ainda sofre os efeitos. É com grande satisfação que lançamos este edital de fomento, movimentando o setor e estimulando a criação de conteúdos artísticos”, comenta.

Para a Linha de Fomento ao Audiovisual, as propostas devem ser inéditas e caso aprovada obterá uma remuneração em R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais). Os filmes serão exibidos no primeiro trimestre de 2022, enquanto que a produção poderá seguir temas livres ou seguindo eixos temáticos do edital, como: legados aos efeitos da pandemia, patrimônio imaterial no Rio Grande do Norte, legados da cultura popular potiguar na infância e juventude.

Já a Linha de Pluralidade das Artes selecionará propostas artísticas-culturais nos segmentos: artes cênicas (teatro, dança e circo); audiovisual; música; literatura; artes visuais; arte educação; patrimônio cultural; e ações formativas em cultura. Cada selecionado será remunerado com um valor bruto de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais). As exposições nos canais oficiais do Sesc RN devem ocorrer a partir de setembro deste ano.

Com intuito de tirar dúvida dos interessados, os organizadores promoverão lives para os devidos esclarecimentos. No dia 29 de junho, às 12h, no canal do Youtube do Sesc RN para a linha do fomento, e no dia seguinte, no mesmo horário para os demais concorrentes. As inscrições seguem até o dia 16 de julho de 2021, com edital disponível no site: sescrn.com.br, a partir do dia 1º.

Serviço:

O que? Edital Poti-Cultural 2021

Quando? 1º de julho de 2021

Onde? sescrn.com.br

Cronograma:

Live “Tira-dúvida” Youtube do Sesc RN

> 29/06 – 12h – Linha de Fomento ao Audiovisual

> 30/06 – 12h – Linha de Pluralidade das Artes

Inscrições: 1º a 16 de julho de 2021

Envio das inscrições:

> Pluralidade das Artes: poticulturalartes@rn.sesc.com.br

> Fomento ao Audiovisual: poticulturalcinema@rn.sesc.com.br

Análise e avaliação das propostas: 19 a 23 de julho de 2021

Divulgação dos selecionados: 26/07/2021

Sesc RN lança novo edital Poti-Cultural para selecionar 36 propostas – PORTAL DO OESTE – Rio Grande do Norte – 28/06/2021

Link	https://portaldooeste.com/2021/06/28/sesc-rn-lanca-novo-edital-poti-cultural-para-selecionar-36-propostas/
------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Sesc RN lança novo edital Poti-Cultural para selecionar 36 propostas

O Serviço Social do Comércio RN (Sesc RN), entidade do Sistema Fecomércio, lançará, no dia 1º de julho, o edital de seleção de propostas digitais para o projeto Poti-Cultural 2021. Neste ano, serão investidos R\$ 264 mil em duas linhas: uma de Fomento ao Audiovisual e outra de Pluralidade das Artes, selecionando 6 e 30 trabalhos, respectivamente.

O presidente do Sistema Fecomércio, Marcelo Queiroz, lembra que a iniciativa surgiu em 2020, quando a cadeia de eventos ficou paralisada e a classe artística teve sua renda comprometida. “O setor cultural foi um dos mais impactados com a crise e ainda sofre os efeitos. É com grande satisfação que lançamos este edital de fomento, movimentando o setor e estimulando a criação de conteúdos artísticos”, comenta.

Para a Linha de Fomento ao Audiovisual, as propostas devem ser inéditas e caso aprovada obterá uma remuneração em R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais). Os filmes serão exibidos no primeiro trimestre de 2022, enquanto que a produção poderá seguir temas livres ou seguindo eixos temáticos do edital, como: legados aos efeitos da pandemia, patrimônio imaterial no Rio Grande do Norte, legados da cultura popular potiguar na infância e juventude.

Já a Linha de Pluralidade das Artes selecionará propostas artísticas-culturais nos segmentos: artes cênicas (teatro, dança e circo); audiovisual; música; literatura; artes visuais; arte educação; patrimônio cultural; e ações formativas em cultura. Cada selecionado será remunerado com um valor bruto de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais). As exposições nos canais oficiais do Sesc RN devem ocorrer a partir de setembro deste ano.

Com intuito de tirar dúvida dos interessados, os organizadores promoverão lives para os devidos esclarecimentos. No dia 29 de junho, às 12h, no canal do Youtube do Sesc RN para a linha do fomento, e no dia seguinte, no mesmo horário para os demais concorrentes. As inscrições seguem até o dia 16 de julho de 2021, com edital disponível no site: sescrn.com.br, a partir do dia 1º.

Serviço:

O que? Edital Poti-Cultural 2021

Quando? 1º de julho de 2021

Onde? sescrn.com.br

Cronograma:

Live “Tira-dúvida” Youtube do Sesc RN

29/06 – 12h – Linha de Fomento ao Audiovisual

30/06 – 12h – Linha de Pluralidade das Artes

Inscrições: 1º a 16 de julho de 2021

Envio das inscrições:

Pluralidade das Artes: poticulturalartes@rn.sesc.com.br

Fomento ao Audiovisual: poticulturalcinema@rn.sesc.com.br

Análise e avaliação das propostas: 19 a 23 de julho de 2021

Divulgação dos selecionados: 26/07/2021

Link	http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/sesc-rn-lana-a-novo-edital-poti-cultural-para-selecionar-36-propostas/514114
------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Sesc RN lança novo edital Poti-Cultural para selecionar 36 propostas

O Serviço Social do Comércio RN (Sesc RN), entidade do Sistema Fecomércio, lançará, no dia 1º de julho, o edital de seleção de propostas digitais para o projeto Poti-Cultural 2021. Neste ano, serão investidos R\$ 264 mil em duas linhas: uma de Fomento ao Audiovisual e outra de Pluralidade das Artes, selecionando 6 e 30 trabalhos, respectivamente.

O presidente do Sistema Fecomércio, Marcelo Queiroz, lembra que a iniciativa surgiu em 2020, quando a cadeia de eventos ficou paralisada e a classe artística teve sua renda comprometida. “O setor cultural foi um dos mais impactados com a crise e ainda sofre os efeitos. É com grande satisfação que lançamos este edital de fomento, movimentando o setor e estimulando a criação de conteúdos artísticos”, comenta.

Para a Linha de Fomento ao Audiovisual, as propostas devem ser inéditas e caso aprovada obterá uma remuneração em R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais). Os filmes serão exibidos no primeiro trimestre de 2022, enquanto que a produção poderá seguir temas livres ou seguindo eixos temáticos do edital, como: legados aos efeitos da pandemia, patrimônio imaterial no Rio Grande do Norte, legados da cultura popular potiguar na infância e juventude.

Já a Linha de Pluralidade das Artes selecionará propostas artísticas-culturais nos segmentos: artes cênicas (teatro, dança e circo); audiovisual; música; literatura; artes visuais; arte educação; patrimônio cultural; e ações formativas em cultura. Cada selecionado será remunerado com um valor bruto de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais). As exposições nos canais oficiais do Sesc RN devem ocorrer a partir de setembro deste ano.

Com intuito de tirar dúvida dos interessados, os organizadores promoverão lives para os devidos esclarecimentos. No dia 29 de junho, às 12h, no canal do Youtube do Sesc RN para a linha do fomento, e no dia seguinte, no mesmo horário para os demais concorrentes. As inscrições seguem até o dia 16 de julho de 2021, com edital disponível no site: sescrn.com.br, a partir do dia 1º.

Link	https://www.omossoense.com.br/sesc-lancara-dia-1o-de-julho-edital-poti-cultural-2021-para-selecao-de-36-propostas/
------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Sesc lançará dia 1º de julho edital Poti-Cultural 2021 para seleção de 36 propostas

Lives tirarão dúvidas nesta terça (29) e quarta-feira (30).

O Serviço Social do Comércio RN (Sesc/RN), entidade do Sistema Fecomércio, lançará, no próximo dia 1º de julho, o edital de seleção de propostas digitais para o projeto Poti-Cultural 2021, onde serão investidos R\$ 264 mil em duas linhas: uma de Fomento ao Audiovisual e outra de Pluralidade das Artes, selecionando 6 e 30 trabalhos, respectivamente.

O presidente do Sistema Fecomércio, Marcelo Queiroz, lembra que a iniciativa surgiu em 2020, quando a cadeia de eventos ficou paralisada e a classe artística teve sua renda comprometida. “O setor cultural foi um dos mais impactados com a crise e ainda sofre os efeitos. É com grande satisfação que lançamos este edital de fomento, movimentando o setor e estimulando a criação de conteúdos artísticos”, comenta.

Para a Linha de Fomento ao Audiovisual, as propostas devem ser inéditas e caso aprovada obterá uma remuneração em R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais). Os filmes serão exibidos no primeiro trimestre de 2022, enquanto que a produção poderá seguir temas livres ou seguindo eixos temáticos do edital, como: legados aos efeitos da pandemia, patrimônio imaterial no Rio Grande do Norte, legados da cultura popular potiguar na infância e juventude.

Já a Linha de Pluralidade das Artes selecionará propostas artísticas-culturais nos segmentos: artes cênicas (teatro, dança e circo); audiovisual; música; literatura; artes visuais; arte educação; patrimônio cultural; e ações formativas em cultura. Cada selecionado será remunerado com um valor bruto de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais). As exposições nos canais oficiais do Sesc devem ocorrer a partir de setembro deste ano.

Com intuito de tirar dúvida dos interessados, os organizadores promoverão lives para os devidos esclarecimentos. No dia 29 de junho, às 12h, no canal do Youtube do Sesc/RN para a linha do fomento, e no dia seguinte, no mesmo horário para os demais concorrentes. As inscrições seguem até o dia 16 de julho de 2021, com edital disponível no site: sescrn.com.br.

Serviço:

O que? Edital Poti-Cultural 2021

Quando? 1º de julho de 2021

Onde? sescrn.com.br

Cronograma:

Live “Tira-dúvida” Youtube do Sesc RN

- 29/06 – 12h – Linha de Fomento ao Audiovisual
- 30/06 – 12h – Linha de Pluralidade das Artes

Inscrições: 1º a 16 de julho de 2021

Envio das inscrições:

- Pluralidade das Artes: poticulturalartes@rn.sesc.com.br
- Fomento ao Audiovisual: poticulturalcinema@rn.sesc.com.br

Análise e avaliação das propostas: 19 a 23 de julho de 2021

Divulgação dos selecionados: 26/07/2021

Sesc RN lança novo edital Poti-Cultural para selecionar 36 propostas – CRISTINA LIRA – Rio Grande do Norte – 28/06/2021

Link	https://cristinalira.com/sesc-rn-lanca-novo-edital-poti-cultural-para-selecionar-36-propostas/
------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Sesc RN lança novo edital Poti-Cultural para selecionar 36 propostas

Iniciativa surge com muitas novidades para escolher 6 trabalhos de fomento ao audiovisual e até 30 de pluralidade das artes

O Serviço Social do Comércio RN (Sesc RN), entidade do Sistema Fecomércio, lançará, no dia 1º de julho, o edital de seleção de propostas digitais para o projeto Poti-Cultural 2021. Neste ano, serão investidos R\$ 264 mil em duas linhas: uma de Fomento ao Audiovisual e outra de Pluralidade das Artes, selecionando 6 e 30 trabalhos, respectivamente.

O presidente do Sistema Fecomércio, Marcelo Queiroz, lembra que a iniciativa surgiu em 2020, quando a cadeia de eventos ficou paralisada e a classe artística teve sua renda comprometida. “O setor cultural foi um dos mais impactados com a crise e ainda sofre os efeitos. É com grande satisfação que lançamos este edital de fomento, movimentando o setor e estimulando a criação de conteúdos artísticos”, comenta.

Para a Linha de Fomento ao Audiovisual, as propostas devem ser inéditas e caso aprovada obterá uma remuneração em R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais). Os filmes serão exibidos no primeiro trimestre de 2022, enquanto que a produção poderá seguir temas livres ou seguindo eixos temáticos do edital, como: legados aos efeitos da pandemia, patrimônio imaterial no Rio Grande do Norte, legados da cultura popular potiguar na infância e juventude.

Já a Linha de Pluralidade das Artes selecionará propostas artísticas-culturais nos segmentos: artes cênicas (teatro, dança e circo); audiovisual; música; literatura; artes visuais; arte educação; patrimônio cultural; e ações formativas em cultura. Cada selecionado será remunerado com um valor bruto de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais). As exposições nos canais oficiais do Sesc RN devem ocorrer a partir de setembro deste ano.

Com intuito de tirar dúvida dos interessados, os organizadores promoverão lives para os devidos esclarecimentos. No dia 29 de junho, às 12h, no canal do Youtube do Sesc RN para a linha do fomento, e no dia seguinte, no mesmo horário para os demais concorrentes. As inscrições seguem até o dia 16 de julho de 2021, com edital disponível no site: sescrn.com.br, a partir do dia 1º.

Serviço:

O que? Edital Poti-Cultural 2021

Quando? 1º de julho de 2021

Onde? sescrn.com.br

Cronograma:

Live "Tira-dúvida" Youtube do Sesc RN

- 29/06 – 12h – Linha de Fomento ao Audiovisual
- 30/06 – 12h – Linha de Pluralidade das Artes
-

Inscrições: 1º a 16 de julho de 2021

Envio das inscrições:

- Pluralidade das Artes: poticulturalartes@rn.sesc.com.br
- Fomento ao Audiovisual: poticulturalcinema@rn.sesc.com.br

Análise e avaliação das propostas: 19 a 23 de julho de 2021

Divulgação dos selecionados: 26/07/2021

Sesc RN lança novo edital Poti-Cultural para selecionar 36 propostas – BLOG ANTENADO – Rio Grande do Norte – 28/06/2021

Link	https://blogantenido.com/sesc-rn-lanca-novo-edital-poti-cultural-para-selecionar-36-propostas/
------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Sesc RN lança novo edital Poti-Cultural para selecionar 36 propostas

O Serviço Social do Comércio RN (Sesc RN), entidade do Sistema Fecomércio, lançará, no dia 1º de julho, o edital de seleção de propostas digitais para o projeto Poti-Cultural 2021. Neste ano, serão investidos R\$ 264 mil em duas linhas: uma de Fomento ao Audiovisual e outra de Pluralidade das Artes, selecionando 6 e 30 trabalhos, respectivamente.

O presidente do Sistema Fecomércio, Marcelo Queiroz, lembra que a iniciativa surgiu em 2020, quando a cadeia de eventos ficou paralisada e a classe artística teve sua renda comprometida. “O setor cultural foi um dos mais impactados com a crise e ainda sofre os efeitos. É com grande satisfação que lançamos este edital de fomento, movimentando o setor e estimulando a criação de conteúdos artísticos”, comenta.

Para a Linha de Fomento ao Audiovisual, as propostas devem ser inéditas e caso aprovada obterá uma remuneração em R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais). Os filmes serão exibidos no primeiro trimestre de 2022, enquanto que a produção poderá seguir temas livres ou seguindo eixos temáticos do edital, como: legados aos efeitos da pandemia, patrimônio imaterial no Rio Grande do Norte, legados da cultura popular potiguar na infância e juventude.

Já a Linha de Pluralidade das Artes selecionará propostas artísticas-culturais nos segmentos: artes cênicas (teatro, dança e circo); audiovisual; música; literatura; artes visuais; arte educação; patrimônio cultural; e ações formativas em cultura. Cada selecionado será remunerado com um valor bruto de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais). As exibições nos canais oficiais do Sesc RN devem ocorrer a partir de setembro deste ano.

Com intuito de tirar dúvida dos interessados, os organizadores promoverão lives para os devidos esclarecimentos. No dia 29 de junho, às 12h, no canal do Youtube do Sesc RN para a linha do fomento, e no dia seguinte, no mesmo horário para os demais concorrentes. As inscrições seguem até o dia 16 de julho de 2021, com edital disponível no site: sescrn.com.br, a partir do dia 1º.

Serviço:

O que? Edital Poti-Cultural 2021

Quando? 1º de julho de 2021

Onde? sescrn.com.br

Cronograma:

Live “Tira-dúvida” Youtube do Sesc RN

- 29/06 – 12h – Linha de Fomento ao Audiovisual
- 30/06 – 12h – Linha de Pluralidade das Artes
-

Inscrições: 1º a 16 de julho de 2021

Envio das inscrições:

- Pluralidade das Artes: poticulturalartes@rn.sesc.com.br
- Fomento ao Audiovisual: poticulturalcinema@rn.sesc.com.br

Análise e avaliação das propostas: 19 a 23 de julho de 2021

Divulgação dos selecionados: 26/07/2021

Link

<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/tributaa-a-o-em-etapas/514162>

CURSOS O Senac RN abre nova etapa de inscrições nos cursos gratuitos de biossegurança para profissionais do Turismo. Serão 150 vagas para profissionais de Meios de Hospedagem, Alimentos e Bebidas e Serviços Receptivos e Áreas de Visitação. Os cursos serão on-line, com duração de 20 horas-aula, e terão como foco habilitar os profissionais para se adequarem às normas exigidas para o retorno das atividades. Inscrição no site.

Link

<http://blog.tribunadonorte.com.br/eturismo/93653>

Fórum de Turismo de Nísia Floresta será nesta quinta e sexta no Praia Bonita Resort

Será nesta quinta e sexta-feira (1 e 2) o II Fórum de Turismo de Nísia Floresta. O evento é presencial e acontecerá no Praia Bonita Resort & Convention, na praia de Camurupim. O objetivo do encontro é preparar e discutir, junto com a comunidade local, empresários, empreendedores, associações de classe e ONGs, os próximos passos do segmento do Turismo em Nísia Floresta.

Os palestrantes serão os seguintes:

Ana Carla Moura: Coordenadora-Geral do MTur. 25 anos de atuação. Diretora Social da ABBTUR DF e Diretora de Desenvolvimento Regional da ABBTUR Nacional;

Alexandre Sampaio: Coordenador do Conselho de Turismo e Hospitalidade da Confederação Nacional de Comércio de Bens, Serviços e Turismo e Diretor da CNC;

Andrea Berenguer: Mestre em Direito, especialista em Turismo e em Gestão de Pessoas. Professora do IFPE no Curso de Turismo há 23 anos e atualmente na Fundação Joaquim Nabuco, de Pernambuco.

Antônio Jânio Fernandes: Graduado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Uern). Especialização em Educação Brasileira pela Universidade Estadual do Ceará. Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Metodista de Piracicaba-SP. Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas-SP. Professor efetivo do Curso de Turismo da Uern

Janielle Linhares da Silva: Administradora de Empresas. Especialista em Gestão de Projetos e Políticas Públicas. Secretária de Turismo e Comunicação de São Miguel do Gostoso/RN e Articuladora do Programa DEL Turismo.

Manoel Sidnézio Gomes de Moura – Formado em Secretariado Executivo, pós-graduado em Liderança e Coaching na Gestão de Pessoas. Pós-graduando em Turismo Religioso pela Faculdade Dom Alberto. Graduando Bacharel em Turismo na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Coordenador do Fórum Nacional de Turismo Religioso. Idealizador e coordenador do Caminho dos Santos Mártires do Brasil.

28/06/2021

Link

https://www.foconordeste.com/play/interna_3.php?post=4107

AZUL IRÁ OPERAR MAIS UM VOO PARA NATAL

A EXPANSÃO DA OPERAÇÃO DA AZUL LINHAS AÉREAS NO RIO GRANDE DO NORTE ATENDE ACORDO FIRMADO ENTRE O GOVERNO DO ESTADO E AS COMPANHIAS AÉREAS NACIONAIS

A partir do dia 1º de julho, a Azul Linhas Aéreas irá operar mais um voo ligando Natal a Campinas, em São Paulo. O voo será diário, partindo de Campinas para Natal às 23h15 e fazendo o caminho de volta às 03h25. Outras duas rotas da companhia para o Nordeste também se tornarão regulares: Aracaju/Campinas e João Pessoa/Campinas. As passagens para os novos voos da Azul já estão à venda em todos os canais oficiais da companhia. Todos os mercados serão cumpridos com as aeronaves modelo Airbus A320neo, que têm capacidade para transportar até 174 passageiros.

A expansão da operação da Azul Linhas Aéreas no Rio Grande do Norte atende acordo firmado entre o Governo do Estado e as companhias aéreas nacionais que exploram o mercado para redução do ICMS que incide sobre o querosene de aviação. Quanto mais novas operações, maior o desconto concedido. A medida visa reacender a movimentação de passageiros no Aeroporto Int. Gov. Aluizio Alves, em São Gonçalo do Amarante.

Projetado para transportar mais de 10 milhões de passageiros por ano, o terminal aeroportuário, não atingiu, cinco anos e meio após o início da sua operacionalização, a estimativa estabelecida pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), no início da década passada. Na contramão dessa perspectiva, o aeroporto citado, o primeiro concedido à iniciativa privada no Brasil, acumula queda na movimentação de aeronaves e passageiros. De 2015 para 2019, o volume de passageiros transportados caiu 9,81% e o de movimentação de aeronaves, 21,08%. Os dados foram tabulados pela TRIBUNA DO NORTE a partir de pesquisas no portal do Aeroporto de Natal na internet, conforme reportagem especial publicada em janeiro deste ano.

No período em destaque, o terminal aeroviário perdeu, em números absolutos, 253.630 passageiros. Deixaram de pousar e decolar, no Aeroporto de Natal, nos cinco anos, 4.771 aeronaves. O pico de movimentação de passageiros no terminal foi registrado em 2015: 2.584.355.

Link	https://www.revistaeventos.com.br/Entidades/CNC-inicia-atividades-do-projeto-Vai-Turismo/51526
------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

CNC inicia atividades do projeto Vai Turismo

Evento apontou boas práticas para o setor turístico brasileiro, que precisa se reerguer após baque histórico da pandemia

A **Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)** deu um importante passo para resgatar o setor turístico no pós-pandemia. Com a realização do webinar **Vai Turismo - Rumo ao Futuro**, a entidade lançou o movimento que pretende integrar propostas e conectar instituições, a fim de recomendar políticas públicas a tempo das eleições de 2022.

O evento on-line, transmitido ao vivo pelo YouTube, teve mais de 1.400 inscritos e reuniu mais de 700 pessoas simultaneamente e contou com a participação de especialistas nacionais e internacionais. Na abertura da agenda, o presidente da CNC, **José Roberto Tadros**, apresentou o projeto e destacou a importância do setor para a economia brasileira.

“O turismo foi um dos setores que mais sofreram com a pandemia e ainda amarga prejuízos históricos durante a prolongada crise econômica e sanitária. Sabemos que, com planejamento e boa execução, o turismo pode ajudar a criar empregos no País, promover melhorias sociais e econômicas e proteger o meio ambiente”, afirmou Tadros.

O diretor da CNC e responsável pelo Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade (Cetur) da Confederação, Alexandre Sampaio, destacou a importância de uma iniciativa que vai mapear as peculiaridades regionais e nacional para apontar um plano de desenvolvimento do setor. “Vamos criar um documento que seja realmente propositivo para definir os rumos do turismo no Brasil.”

Participaram da agenda **Michel Julian**, da Organização Mundial do Turismo (OMT); **Lenier Toro**, da Subsecretaria de Turismo de Medellín, que apresentou o case de turismo inteligente da cidade colombiana; **Vitor Leal Pinheiro**, coordenador de Campanhas do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA); e **Sérgio Guerreiro**, diretor coordenador da Direção de Gestão do Conhecimento e Inovação do Turismo de Portugal. O webinar pode ser assistido pelo YouTube do Cetur/CNC.

Já aderiram ao projeto as 27 Federações do Comércio (Fecomércios) de todos os Estados e mais do Distrito Federal e 27 associações representativas nacionais da cadeia produtiva do Turismo. Antes do término do evento, a CNC já havia recebido a primeira sugestão, feita pela Federação dos Circuitos Turísticos de Minas Gerais, por meio do site do projeto, o www.vaiturismo.com.br.

Conheça o Vai Turismo

Apoiado por todo o Sistema Comércio, entidades parceiras e instituições representativas do segmento, o projeto Vai Turismo visa contribuir para o debate público e embasar propostas e estratégias de governo dos candidatos que se apresentarem às eleições estaduais e nacional de 2022. A ação vai funcionar como uma grande consulta pública, envolvendo diferentes atores do trade, capitaneada pelas Federações do Comércio (Fecomércios), em todos os Estados e no Distrito Federal, e pela CNC, por meio do seu Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade (Cetur/CNC). Ao final, formulará propostas de políticas públicas que serão entregues aos candidatos ao Poder Executivo nas próximas eleições.

Link <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/sebrae-e-mdr-firmam-parceria-para-fortalecer-cadeias-produtivas-em-58-municipios-do-rn/514160>

Sebrae e MDR se unem para fortalecer cadeias produtivas

« PARCERIA » MDR assinou Acordo de Cooperação Técnica com o Sebrae para fortalecer as cadeias da moda, cordeiro queijo e mel em 58 cidades

CLÁUDIO OLIVEIRA
Repórter

O Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) se juntaram para fortalecer as cadeias produtivas e as rotas de integração nacional da moda, cordeiro, queijo e mel envolvendo 58 municípios do Rio Grande do Norte. Nesta segunda-feira (28), foi assinado o Acordo de Cooperação Técnica pelo ministro do MDR, Rogério Marinho, e o diretor técnico do Sebrae Nacional, Bruno Quick, em evento híbrido na sede do Sebrae, em Natal.

O propósito da parceria é fomentar o desenvolvimento econômico, urbano e regional, através do avanço do ambiente de negócios e políticas públicas, sustentabilidade e inovação nos pequenos negócios e potenciais empreendedores. No total, serão beneficiados 3.150 empreendimentos/produtos num prazo de dois anos.

De acordo com o ministro, o trabalho a ser desenvolvido com a parceria leva em consideração a produção e agregação de valor daquilo que os municípios produzem, unindo a expertise do Sebrae com o trabalho já desenvolvido pelo MDR, como o programa Rotas de Integração Nacional, que são redes de arranjos produtivos locais associadas a cadeias produtivas estratégicas capazes de promover a inclusão produtiva e o desen-



Ministro do MDR, Rogério Marinho, explicou que já há direcionamento de recursos para cada rota

volvimento sustentável das regiões brasileiras.

"Vamos trazer a experiência e expertise do Sebrae na formação do desenvolvimento, do gerenciamento e na consultoria desses entes econômicos e empreendedores indetificados para fazer um trabalho de prospecção, treinamento e qualificação que venha a melhorar e agregar valor aos produtos", explicou Rogério Marinho.

Para cada rota, já há direcionamento de recursos do MDR separadamente, segundo o ministro. "Entendemos que os grandes gargalos para as pequenas empresas que começam é a falta de planejamento e dessa qualificação para agregação de valor ao

seu produto, incorporando inovações e tecnologia que são potencialmente relevantes para a mudança de cenários", pontuou.

A ideia é que todo essa parceria sirva de plataforma inicial para ser expandida para todo o País, potencializando os pontos fortes e suprimindo os negativos, sendo o Rio Grande do Norte escolhido para o projeto piloto.

O diretor técnico do Sebrae nacional, Bruno Quick, disse que o próximo passo é levar para os estados da região Nordeste e destacar a união de forças. "Estamos dando um passo que é um sonho antigo. Esse projeto é a face que a iniciativa ganha no Rio Grande do Norte, mas cada estado de-

verá ter sua face. Essa parceria promete ser uma mudança de patamar para potencializar rotas de integração", enfatizou.

O presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae-RN, Marcelo Queiroz, também reforçou a importância da parceria para o desenvolvimento local. "Acreditamos que o desenvolvimento local acontece com o fortalecimento das potencialidades dos territórios e dos arranjos produtivos. Essas rotas e cadeias produtivas que o convênio vai englobar no nosso estado apresentam forte potencial de integração regional, sempre com o foco nos pequenos negócios", avaliou Queiroz, que também preside o sistema Fecomércio/RN.

Investimento deve ser de até R\$ 5 milhões em dois anos

No Rio Grande do Norte, a cooperação Técnica do Sebrae e do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) vai implementar ações para o desenvolvimento Regional através do fortalecimento das cadeias produtivas e das rotas de integração nacional da moda, cordeiro, queijo e mel, por meio do avanço do ambiente de negócios e políticas públicas, sustentabilidade, inovação, acesso ao mercado e interiorização do turismo, através dos pequenos negócios e de empreendedores locais.

O diretor técnico do Sebrae/RN, João Hélio Cavalcanti, disse que estas são cadeias produtivas estratégicas do RN. "Queremos fazer com que, diante daquilo que executamos, aceleremos e melhore todo o serviço que estamos realizando onde já atua-

mos. O investimento ainda está sendo contabilizado, mas deve oscilar entre quatro e cinco milhões de reais durante dois anos em 58 municípios", informou.

Na rota cordeiro estão incluídos 20 municípios cujo trabalho será reforçar o beneficiamento da carne, distribuição, comércio, mini fábricas de ração e gastronomia, buscando melhorar a gestão e cooperativismo e transferindo tecnologia de baixo custo com destaque para reuso da água para produção intensiva de forragem.

Na cadeia da produção do mel, 11 municípios estão incluídos e o trabalho requer conscientização quanto à preservação do meio ambiente, conservação e recuperação do bioma Caatinga visando aumentar a produção, produtividade e comercialização dos empreendimentos agrícolas.

O objetivo também é integrar toda a cadeia produtiva e científica do meliponicultura implementando, ainda, a lei estadual nº 10479/20, que promove o acesso a novos mercados incrementando a comercialização do mel das abelhas sem ferrão.

O queijo é outro produto de destaque. A intenção é tornar o Rio Grande do Norte referência nessa produção fortalecendo a cadeia produtiva desde o leite até a comercialização dos queijos. Para tanto, reforçar a capacitação de técnicos, que ajudará a valorizar os queijos artesanais. Outra ação é prospectar mercados diferenciados e comunicação, desenvolvendo a indicação geográfica (queijo do seridó) e criando roteiros gastronômicos nos municípios da rota.

A moda foi inserida entre as rotas para diversificar as opções

de serviços prestadas pelas oficinas de costura. O projeto busca ampliar o mercado nacional e internacional dessas oficinas e da moda de marcas próprias. Dessa forma, objetiva contribuir para o surgimento de novos modelos de negócios alinhados à oportunidades do mercado digital que passa pela capacitação de empreendedores para inovação e produtividade do trabalho, eficiência na gestão empresarial e fortalecendo e impulsionando a rota da moda no âmbito do turismo regional e nacional.

"Temos um programa que denominamos 'cidade empreendedora' que vai na linha da gestão e qualificação de servidores e potenciais em oito municípios. Com essa parceria vamos otimizar mais fortemente esse trabalho", declarou João Hélio.

29/06/2021

Link

<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/ga-s-de-cozinha-sobe-27-61-em-12-meses-mostra-anp/514161>

Gás tem alta de 27,61% em 12 meses

« GLP » Alta média do gás de cozinha nos últimos doze meses, no Brasil, chegou a 27,61%. No Centro-Oeste, o preço do botijão de 13 kg foi a R\$ 130,00. No RN, a alta acumulada é de 36,94%

Rio (AE) - Dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) mostram que a alta média do gás de cozinha nas últimas quatro semanas no Brasil chegou a 4,3% e, nos últimos 12 meses, 27,61%, com o produto já sendo encontrado a R\$ 130,00 o botijão de 13 kg no Centro-Oeste. Na média do País, o gás de cozinha custa R\$ 88,94, quase 10% do salário mínimo.

No Rio Grande do Norte, o preço médio do botijão, que estava em R\$ 95, agora ficou em R\$ 100, podendo chegar aos R\$ 105, dependendo da localidade e da

forma de pagamento. O valor corresponde a quase 10% do salário mínimo. A variação nas últimas quatro semanas foi a 3,9% e, nos últimos 12 meses, 36,94%.

A Petrobras elevou o preço do Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) em 5,9% em meados de junho, o primeiro aumento da gestão do general Joaquim Silva e Luna na estatal, que não realizou reajuste do combustível em maio.

Já o gás natural (GNV), que recebeu reajuste de 39% em maio, subiu 1,4% nas últimas quatro semanas nos postos de abastecimento, para um preço médio de R\$ 3,88

por metro cúbico, segundo a ANP.

A gasolina subiu 0,6% nas últimas quatro semanas, para média de R\$ 5,695 o litro; e o diesel permaneceu praticamente estável, negociado nos postos de abastecimento a um preço médio de R\$ 4,498, reflexo de menos ajustes em relação ao mercado internacional.

Em recente audiência pública para explicar os desinvestimentos da Petrobras na Câmara dos Deputados, o presidente da estatal afirmou que está "aguardando tendências" do preço do petróleo para novos reajustes, diante da escalada da commodity

no mercado internacional.

Sob a expectativa de uma elevação tímida da produção de petróleo pelos países exportadores associados da Opep+ na próxima quinta-feira, o petróleo operava em leve baixa nesta manhã, apesar de em patamar alto, cotado a US\$ 75,00 o barril do tipo Brent.

A commodity entrou no patamar dos US\$ 70 o barril em junho e importadores criticam a falta de alinhamento da Petrobras com o mercado externo, apesar da estatal afirmar que continua praticando a política de paridade de preços internacionais (PPI)

Link

<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/natal-amplia-vacinaa-a-o-para-44-anos-sem-comorbidades/514153>

Natal amplia vacinação para 44 anos sem comorbidades

« PANDEMIA » Secretária Municipal de Saúde confirmou ampliação da faixa etária nessa segunda-feira (28); veja locais de vacinação

A Secretária Municipal de Saúde de Natal (SMS Natal) confirmou que irá ampliar, a partir desta terça-feira (29/06), a vacinação contra a covid-19 para pessoas a partir dos 44 anos sem comorbidades. Todas as 35 Unidades Básicas de Saúde (UBS) e nos seis drive-thrus espalhados pela cidade ofertarão imunização. Os trabalhadores da indústria, a partir de 34 anos, também poderão receber a vacina contra a doença exclusivamente no SESI da Av. Cap. Mor-Gouveia, em Lagoa Nova. Todas as categorias contempladas anteriormente para a vacinação também podem procurar um dos pontos para se vacinar.

Nessa segunda-feira (28/06), os trabalhadores do Ensino Superior a partir dos 46 anos de idade começaram a ser vacinados. A meta da Secretária de Estado da Saúde Pública (Sesap/RN), é que 130 mil profissionais da Educação recebam as doses da vacina. A campanha envolve todos os profissionais que atuam dentro das universidades (professores, bolsistas, servidores) e vai até dia 30 de junho.

Com o início da vacinação desse grupo, o Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) anunciou que está começando a planejar um retorno gradual dentro da condição pandêmica dos municípios onde os campi estão presentes. O planejamento é uma expectativa sem data definida. O estudo para a realidade pós-pandemia é feito com uma comissão, que está trabalhando com os diversos cenários de dificuldades atuais.

No tempo que for seguro, qualquer decisão sobre uma volta presencial será discutida amplamente com a comunidade do IFRN, professores, servidores e também alunos. Segundo a diretora Pedagógica do Instituto, Amélia Reis, a volta será gradativa. "Existe uma comissão constituída com diferentes representações, que está trabalhando com os diversos cenários de dificuldades atuais. Esses cenários serão discutidos com toda a comunidade,

de possibilidade de uma volta gradual. Essa gradatividade se dá com a realização das disciplinas que tem um caráter mais prático, que em alguns casos tiveram que serem suspensas para que a gente trabalhasse quando voltasse a presencialidade", explicou.

O que pode vir a ser decidido daqui pra frente não altera o calendário acadêmico já definido, em relação às datas. "O nosso calendário já foi aprovado pelo Conselho Superior, e apenas o formato, com essas aulas serão desenvolvidas, é que serão adequadas. Nós já estamos planejando essa volta gradual, a ser desenvolvida em etapas diferentes, a depender da condição pandêmica do Estado", frisou Amélia. O Instituto está atualmente no semestre 2021.1. O segundo semestre inicia em 5 de novembro próximo e segue até dia 30 de março de 2022.

Inclusão

A inclusão dos profissionais de educação do ensino superior foi solicitada no mês de maio ao Governo do Estado pelos reitores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA).

Desde 2020, essas instituições adotaram o ensino remoto. Na UFRN, as atividades presenciais só são liberadas para alguns cursos depois de constatada a necessidade e de acordo com o cenário epidemiológico no Estado. Ao contrário do IFRN, a Universidade Federal não sinaliza uma possível volta presencial das aulas para os próximos meses.

Segundo a assessora da UFRN, esse retorno dependeria da deliberação dos colegiados da universidade, conforme o cenário epidemiológico da pandemia da covid-19. Por enquanto, o calendário acadêmico da Universidade segue o mesmo que foi regulamentado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão



MAGNUS NASCIMENTO

Além de avançar na faixa etária, o Município deu início à imunização dos trabalhadores da educação do ensino superior ontem



PANDEMIA NO RN

Casos

- Confirmados: 336.805
- Suspeitos: 157.547
- Descartados: 632.305
- Recuperados: 150.649

Óbitos

- 6.732 Confirmados
- 03 óbitos confirmados ocorridos nas últimas 24 horas (até o meio-dia dessa segunda-feira, 28): Mossoró (1), Natal (0) e Pau dos Ferros (1).

- Suspeitos: 1.437
- Descartados: 724

Fonte: Sesap/RN

(Consepe) para os períodos de 2020.2, 2021.1 e 2021.2 (atualmente a UFRN vive o período 2021.1). Ainda segundo nota da UFRN, a alteração do modelo de ensino também necessita de deliberação do Consepe.

UFRN

Os trabalhadores do Campus Central da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) podem se dirigir à Praça Cívica do Campus Central ou a pontos de vacinação divulgados pela Secretaria Municipal de Saúde de Natal. Dessa forma, os docentes (efetivos e substitutos), técnico-administrativos, terceirizados, funcionários da Fundação Norte-Rio-Grandense de Pesquisa e Cultura (Funpec) e bolsistas de apoio técnico não precisam seguir uma escala-

mento por idade.

Conforme a pró-reitora de Gestão de Pessoas (Progesp), Mirian Dantas dos Santos, a UFRN iniciou a vacinação seguindo um cronograma de idade para evitar aglomerações. Contudo, para agilizar o processo de imunização, a vacinação seguirá um escalonamento por idade. Ainda segundo a gestora, as Prefeituras Municipais são responsáveis pelo cronograma da imunização e grupos contemplados, de acordo com o Programa Nacional de Imunizações. "Há expectativa de que nas próximas etapas novos grupos da comunidade universitária sejam incluídos", explica.

Para ser vacinado, é preciso efetuar previamente o cadastro no RN + Vacinas, com profissional da educação, além de levar documento com foto, comprovante de residência e carteira de vacinação. Também é necessário entregar, no momento da vacinação, cópia de declaração de vínculo (SIGRH) ou do contracheque (Sigepe), para os docentes (efetivos e substitutos) e técnico-administrativos; cópia de declaração de vínculo obtida junto à empresa, para os funcionários terceirizados e da Funpec; e cópia de vínculo obtida junto à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Proae), para os bolsistas de apoio técnico.

Na UFRN, há a previsão de imunizar cerca de 4 mil pessoas contra covid-19. A Praça Cívica do Campus Central será também ponto de doação da campanha Vacina Solidária em Natal, projeto da Prefeitura do Natal que arrecada alimentos para pessoas em situação de vulnerabilidade.

Mais de 71 milhões de brasileiros receberam a D1

A campanha de vacinação contra a Covid-19 atingiu mais uma marca importante: mais de 71 milhões de brasileiros já receberam a primeira dose da vacina contra a doença. O número representa que as vacinas Covid-19 chegaram a cerca de 44% da população vacinável, isto é, quase 160 milhões de brasileiros com mais de 18 anos no país.

Do total de pessoas que receberam a primeira dose, 36,2% também receberam uma segunda dose das vacinas. São 25,5 milhões de brasileiros que já completaram a segunda etapa da vacinação. Ao todo, o Brasil já aplicou mais de 96,7 milhões de doses da vacina Covid-19.

Os dados estão no painel de vacinação do LocalizaSUS, plataforma do Ministério da Saúde que apresenta todo o andamento da campanha de vacinação contra a Covid-19 no País. As informações são atualizadas até 26 de junho de 2021.

Até a semana passada, o Brasil contava apenas com vacinas Covid-19 com duas doses para conclusão do ciclo vacinal. Eram os imunizantes da AstraZeneca/Fiocruz, da Coronavac/Butantan e da Pfizer/BioNTech. Desde terça-feira (22/06), no entanto, o Ministério da Saúde também passou a receber a vacina Covid-19 da Janssen/Johnson&Johnson, de dose única.

Mais de 1,8 milhão de doses foram antecipadas no con-

trato de 38 milhões de unidades da Pasta com a farmacêutica. As unidades estavam previstas para chegar somente a partir de outubro deste ano. Outras 3 milhões de doses da Janssen foram doadas pelo governo dos Estados Unidos para a imunização da população brasileira.

O Ministério da Saúde já distribuiu mais de 129,5 milhões de doses de diferentes laboratórios contratados para estados e Distrito Federal desde o início da campanha de vacinação, em janeiro.

Leitos

Durante a pandemia, o Hospital João Machado se consolidou como principal referência estadual para pacientes covid. Nessa segunda-feira (28/06), o Estado anunciou a inauguração de 20 dos 70 leitos de UTI disponíveis em UTI Geral para atendimento de todos os tipos de doença que não seja covid.

Referência no atendimento psiquiátrico no RN, no dia 12 de abril de 2020, o Hospital João Machado (HJM) abriu 10 leitos clínicos para atender pacientes com covid, iniciando a prestação de serviço no enfrentamento à pandemia. E de lá para cá, o hospital se transformou no maior complexo hospitalar do Rio Grande do Norte.

Nessa segunda-feira, o Estado não dispunha de pacientes à espera de leito crítico para tratamento da covid-19.

Link

<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/estado-tem-67-cidades-em-rodizio/514152>

Estado tem 67 cidades em rodízio

« ABASTECIMENTO » Com chuvas abaixo da média, número de municípios em situação de emergência por causa da estiagem no Rio Grande do Norte aumentou; Caern estuda ampliação de rodízio por mais tempo

Após uma quadra chuvosa considerada decepcionante por meteorologistas, o interior do Rio Grande do Norte se prepara para lidar com os impactos da estiagem no abastecimento de água. A Defesa Civil Nacional reconheceu, na penúltima semana de junho a situação de emergência em mais três cidades potiguares: Bodó, Passa e Fica e Passagem, que se somam aos outros 75 municípios do Estado que já possuem o reconhecimento federal da situação de emergência pela seca. Segundo a Companhia de Águas e Esgotos do RN (Caern), a região do Seridó foi uma das mais impactadas pelas poucas chuvas de 2021, e alternativas de rodízios mais longos são estudadas para a região.

No total, 67 cidades do Rio Grande do Norte já se encontram em situação de rodízio de abastecimento, e quatro (Paraná, Serra do Mel, São Miguel e Luís Gomes) vivem em situação de colapso. Apesar da região Seridó ter apresentado algumas das recargas menos significativas em seus reservatórios, ela não foi a única afetada pela estiagem. As regiões do Sertão Central, Alto Oeste e Oeste também tiveram cidades com o fornecimento prejudicado, segundo a Companhia.

A quadra chuvosa de 2021 foi decepcionante para a maior parte do interior do RN, com uma distribuição de chuvas irregular entre os meses de janeiro e maio. De acordo com a unidade de meteorologia da Empresa de Pesquisas Agropecuárias do RN (Emparn), o acumu-



Principais mananciais de superfície não conseguiram recarga hídrica suficiente durante quadra chuvosa no interior do Estado em 2021

lado de chuvas até o mês de abril foi cerca de 30% abaixo da média esperada.

De acordo com o Monitor da Seca, ao comparar a situação atual do Estado com a de 2020, houve uma piora generalizada da condição de seca. Enquanto no ano anterior, metade do Rio Grande do Norte não registrava uma situação de seca aparente e a outra metade estava em condição de seca fraca. Já em 2021, o Estado apresentou mais de 80 municípios em situação de seca fraca ou moderada.

Segundo a Caern, outro fator que contribuiu para o agravamento da situação em algumas regiões do Estado foi o aumento

do consumo durante o período mais quente do ano, como foi o caso da região do Sertão Central.

As chuvas escassas e irregulares que predominaram no interior, no entanto, não devem se repetir no litoral. Segundo os meteorologistas, a expectativa para o litoral, onde a quadra chuvosa tem início ao fim da quadra do interior, é de chuvas dentro da normalidade. A Caern destacou ainda que, na capital, os mananciais encontram-se com volume para atendimento normal da demanda de abastecimento.

Regiões

Na Sertão Central, apesar de não ter municípios em colapso

ou rodízio, a estiagem afetou a frequência do fornecimento de água na região. O principal motivo, segundo a Caern, foi o aumento do consumo no período mais quente do ano. Apesar disso, a situação dos reservatórios da região não representa risco de colapso ou desabastecimento para os municípios no momento.

No Oeste, apesar da região já possuir 12 cidades em situação de rodízio e uma (Serra do Mel) em colapso, não há cidades em risco iminente de colapso, segundo a Caern. As cidades atendidas pelo sistema de adutoras do Médio Oeste, no entanto, podem entrar em rodízio no segundo semestre a depender do volume da

Barragem Armando Ribeiro Gonçalves. Caso isso aconteça, os municípios afetados seriam: Paraú, Triunfo Potiguar, Campo Grande, Janduí, Messias Targino e Patu.

No Alto Oeste, com 23 cidades em rodízio e três em colapso (Paraná, São Miguel e Luís Gomes), a região é uma das que apresenta os maiores prejuízos no fornecimento de água no RN. Apesar disso, segundo a Caern, o ano de 2021 não foi negativo para a região, e reservatórios importantes que não recebiam água por um longo período de tempo foram recarregados durante a quadra chuvosa. A Companhia afirma que não há risco de colap-

so em novos municípios do Alto Oeste, e atualmente avalia a retirada de Paraná da lista de cidades em colapso.

O Agreste-Trairi tem 10 municípios em rodízio. Os reservatórios da região receberam poucas chuvas em 2021. De acordo com a Caern, os rios das Pedras e Una tiveram pouca recarga, o que impacta diretamente no abastecimento local. Espírito Santo, Várzea, Passagem e Santo Antônio devem enfrentar suspensão ou redução do fornecimento de água durante o segundo semestre, e as 30 cidades atendidas pelo Sistema Adutor Monsenhor Expedito também encontram-se em situação de rodízio. Salvo esses municípios, a região do Mato Grande continuará com abastecimento regular e sem risco de colapso.

No Seridó, uma das mais impactadas pela estiagem de 2021, de acordo com a Caern, há 8 cidades em situação de rodízio. A quadra chuvosa não provocou recargas significativas nos reservatórios, o que impactou diretamente na distribuição. Atualmente, a Caern estuda alternativas e rodízios mais longos. O baixo volume de água identificado no açude Zangalheiras, que atende à cidade de Jardim do Seridó, deixou em alerta a Companhia, e cidades como Currais Novos e Acari devem se preparar para iniciar um rodízio no segundo semestre com o objetivo de ampliar a disponibilidade hídrica da região até 2022, e o município de Cruzeta também está sendo observado pela Companhia.

29/06/2021

CPI pretende investigar compra de testes e fechar o cerco a líder do governo

Cúpula da comissão prevê sessão secreta para ouvir servidor que denunciou irregularidades também em aquisição da vacina Covaxin

Renato Machado, Julia Chaib e Constança Rezende

BRASÍLIA Na semana seguinte à apresentação de documentos e depoimentos que levaram suspeitas de corrupção para perto do Palácio do Planalto, a CPI da Covid pretende se aprofundar na investigação de irregularidades na compra de testes de Covid-19, além de buscar com novos convocados e quebras de sigilo fechar o cerco ao grupo ligado ao deputado Ricardo Barros (PP-PR), líder do governo Bolsonaro na Câmara.

trato da Covaxin e que é preciso cautela com novas denúncias. "Tudo o que tiver a ver com a pandemia vai ser investigado. Tudo, qualquer frente, por isso estamos prorrogando a duração da CPI, para ter mais tempo para investigar essas questões", diz o relator, Renan Calheiros (MDB-AL).

Na mesma linha, o vice-presidente da comissão, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), apresentou requerimento para prorrogar por outros 90 dias as atividades da comissão.

A CPI foi instalada no dia 27 de abril e portanto deve-

+
**ROSA WEBER
CITA 'GRAVE
SUSPEITA'
E DIZ QUE
COMPRA DA
COVAXIN
FOI 'POUCO
TRANSPA-
RENTE'**

A ministra Rosa Weber, do STF (Supremo Tribunal Federal), afirmou que é "grave" a suspeita levantada pela CPI

para prestar depoimento à CPI, que está na pauta da sessão desta terça-feira (29). Caso decidam mesmo por requerer seu depoimento, o formato deve ser transformado em "convite", em qual a presença não é obrigatória.

Também estão na pauta os requerimentos de convocação dos servidores da Saúde Roberto Ferreira Dias e Thiago Fernandes da Costa.

Na entrevista, o deputado Miranda disse que o diretor de logística do ministério, Roberto Ferreira Dias, é quem dá as cartas. "Nada ali acon-

As novas ações correm nesta semana em paralelo a depoimentos aguardados, como o do empresário Carlos Wizard, integrante do chamado gabinete paralelo, e do sócio-diretor da Precisa Medicamentos, Francisco Emerson Maximiano, investigado na negociação da vacina indiana Covaxin.

Ambos retardaram suas oitavas, mas agora precisam prestar esclarecimentos à luz de denúncias mais graves.

A CPI entrou nos últimos dias em uma nova fase, focada na compra da Covaxin.

A existência de denúncias em torno da aquisição da vacina indiana foi revelada pela Folha no dia 18, com a divulgação do depoimento sigiloso do servidor do Ministério da Saúde Luis Ricardo Miranda ao Ministério Público Federal. Desde então, o caso virou prioridade na comissão.

A CPI suspeita do contrato para a aquisição da imunização, por ter sido fechado em tempo recorde e prever o maior valor por dose da vacina, em torno de R\$ 80. Além disso, é o único feito por um intermediário, a Precisa.

O servidor que denunciou a pressão e seu irmão, o deputado federal Luis Miranda (DEM-DF), disseram à CPI que alertaram o presidente Jair Bolsonaro sobre as supostas irregularidades. A esse respeito, o presidente diz apenas que não tem como saber o que acontece nos ministérios.

Em entrevista à *Folha* no último domingo (27), Miranda disse que a corrupção pode ser "muito maior". O parlamentar indicou a existência de fraude na compra de testes de Covid, apontou para um indicado de Barros e ainda disse que seu irmão pode apresentar mais detalhes, desde que em uma sessão secreta.

Os senadores do grupo majoritário da CPI, formado por independentes e oposicionistas, afirmam que as novas denúncias são graves e que precisam ser investigadas.

Por outro lado, acrescentam que o foco ainda está no con-

ta ser encerrada entre o fim de julho e o início de agosto —a depender se a comissão vai parar as atividades com o recesso parlamentar.

Para ser prorrogada, eram necessárias 27 assinaturas de senadores, o que corresponde a um terço da Casa. A assessoria de imprensa de Randalfe anunciou que o número havia sido atingido na noite desta segunda-feira (28).

O parlamentar aponta em suas justificativas a necessidade de se apurar irregularidades envolvendo a compra da Covaxin, um "escândalo que precisa ser apurado com a gravidade correspondente", segundo o requerimento.

Um primeiro passo previsto pelo grupo majoritário para avançar na investigação da compra de testes será realizar uma sessão secreta para ouvir o servidor Luis Ricardo.

Após a publicação da entrevista, na qual o deputado Miranda levanta essa possibilidade, o senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) informou que apresentaria requerimento para que essa oitiva secreta seja realizada.

Vieira, no entanto, defende cautela dos senadores na apreciação dessas novas denúncias. "A CPI não pode ignorar este tipo de informação, mas deve ter o cuidado de não cair em especulações."

Posição semelhante tem o senador Humberto Costa (PT-PE), que defende a apuração das novas denúncias, mas também pede cuidado para que a CPI não perca o foco.

"Se realmente isso tem correspondência com a realidade, são fatos graves que precisam ser apurados. Se de fato o deputado tem coisas que sejam relevantes, não há nenhuma dificuldade em fazer uma sessão reservada", disse.

Em uma outra frente, os senadores da comissão querem aprofundar a investigação sobre servidores do Ministério da Saúde que seriam ligados a Ricardo Barros.

O deputado é alvo de um requerimento de convocação

da Covid acerca da compra da Covaxin e classificou as negociações para aquisição do imunizante como "pouco transparentes". As afirmações estão na decisão em que rejeita o pedido da OAB-DF (Ordem dos Advogados do Brasil do Distrito Federal) e mantém a quebra dos sigilos telefônico e telemático do advogado Tulio Belchior, que teria participado da intermediação entre o Ministério da Saúde e a Precisa Medicamentos. Segundo Rosa, a compra da Covaxin tem "contornos ainda mais inquietantes" por ter sido realizada com pouca transparência e "em detrimento de imunizantes com eficácia já comprovada e com custo substancialmente inferiores". Esse cenário, disse a ministra, projeta "a grave suspeita investigada pela CPI de favorecimento e/ou de obtenção de vantagens indevidas na implementação da política pública de combate à pandemia".

tece se o Roberto não quiser."

Dias foi indicado ao cargo pelo ex-deputado Abelardo Lupion e por Barros.

A sessão de quinta-feira (1º) será destinada a ouvir o sócio-administrador da Precisa, Francisco Emerson Maximiano. O empresário deveria ter comparecido à comissão na quarta-feira da semana passada, mas argumentou que estava em quarentena por ter viajado à Índia.

Seu novo depoimento acontece em um novo momento das investigações. Há duas semanas, os senadores suspeitavam do crime de advocacia administrativa --uso da máquina pública em benefício de entidade privada.

Após as revelações dos irmãos, os senadores agora vão questionar Maximiano tendo em mãos os nomes de servidores da pasta que teriam agido em benefício da empresa e de lobistas que atuaram na defesa de seus interesses.

Um dia antes, a comissão vai ouvir o empresário Carlos Wizard, que também faltou à sua primeira oitiva, alegando que estava fora do país.

Wizard também vai depor em um ambiente diferente do previsto originalmente. Inicialmente, suspeitava-se de sua participação no gabinete paralelo, centro de aconselhamento sobre temas da pandemia a Bolsonaro que propagava o negacionismo.

Agora, os senadores também suspeitam da atuação de Wizard em defesa de algumas vacinas contra a Covid.

"Wizard vinha porque era do gabinete paralelo, por causa da disseminação de notícias falsas, a defesa da cloroquina. Agora ele aparece numa outra seara. Agora é preciso saber o envolvimento dele e de outros na intermediação de vacinas", afirma o senador Rogério Carvalho (PT-SE).

Wizard teve o passaporte retido nesta segunda-feira pela Polícia Federal, ao desembarcar no Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas (SP).



O senador Fabiano Contarato (Rede-ES), um dos autores da notícia-crime. Pedro Ladeira - 25 Jun/21/Folhapress

Senadores mandam notícia-crime ao STF contra Bolsonaro

Parlamentares apontam suposta prevaricação do presidente no caso Covaxin

Renato Machado e Julia Chaib

BRASÍLIA Três senadores, incluindo o vice-presidente da CPI da Covid, Rivaldo Rodrigues (Rede-AP), ingressaram na tarde desta segunda-feira (28) com uma notícia-crime no STF (Supremo Tribunal Federal) contra o presidente

Jair Bolsonaro pelo crime de prevaricação. A ministra Rosa Weber foi sorteada relatora do processo.

O documento também é assinado por Fabiano Contarato (Rede-ES) e Jorge Kajuru (Podemos-GO). A denúncia se baseia nos fatos recentes relacionados ao contrato para a aquisição da vacina indi-

ana Covaxin.

Os autores do documento requerem, com a eventual aceitação da denúncia, que o procurador-geral da República, Augusto Aras, seja intimado a promover a denúncia contra o presidente pela prática do crime de prevaricação —quando o agente público retarda ou deixa de agir em be-

nefício do bem público.

Os senadores também pedem na peça jurídica que Bolsonaro seja intimado e respondido em 48 horas se foi comunicado das denúncias envolvendo irregularidades na aquisição da Covaxin, se apontou o deputado federal Ricardo Barros (PP-PR) como provável responsável pelo ilícito e

se adotou as medidas cabíveis para apurar as denúncias feitas pelo parlamentar.

Por último, a notícia-crime apresentada ao Supremo Tribunal Federal também pede a intimação da Polícia Federal para que explique em 48 horas se houve a abertura de inquérito para apurar denúncias sobre aquisição da vacina Covaxin e ofereça destaques sobre o procedimento.

A existência de denúncias de irregularidades em torno da compra da Covaxin foi revelada pela Folha no último dia 18, com a divulgação do depoimento sigiloso do servidor do Ministério da Saúde Luis Ricardo Miranda ao Ministério Público Federal. Desde então, o caso virou prioridade da CPI da Covid.

Esse mesmo servidor e seu irmão, o deputado federal Luis Miranda (DEM-DF), disseram à CPI que alertaram Bolsonaro sobre as supostas irregularidades. Sobre isso, o presidente diz apenas que não tem como saber o que acontece nos ministérios.

Os senadores afirmam na notícia-crime que a compra da imunização levanta uma série de suspeitas, referentes a eventual superfaturamento, escolha do fornecedor por critérios não técnicos e a intermediação do negócio ser feita por uma empresa investigada por fraudes, no caso a Precisa Medicamentos.

"Há uma série de irregularidades aparentes no bojo da contratação: pressões atípicas para o rápido fechamento do ajuste, exigência de pagamentos de modo diferente daquele previsto no contrato, relação comercial com empresas offshore situadas em paraísos fiscais que não apareciam no contrato original,



Parece que as autoridades brasileiras apostaram muito alto na vacina que tinha tudo para receber a aposta mais baixa

Senadores em notícia-crime ao STF

pagamento do frete de modo diverso do ajuste contratual, autorizações excepcionais pelo próprio gestor/fiscal do contrato (ante a recusa da área técnica ordinária em autorizar medidas avessas ao contrato original)", justificam os senadores.

"É tudo isso no contexto da vacina mais cara do Programa Nacional de Imunizações e que sequer teve aval amplo da Anvisa para importação, uso emergencial ou registro definitivo, por uma série de razões de índole sanitária (segurança, eficácia, etc.). Dito de outro modo, parece que as autoridades brasileiras apostaram muito alto na vacina que tinha tudo para receber a aposta mais baixa", completa o texto.

A notícia-crime apresentada ao Supremo também lembra que Bolsonaro teria afirmado a Luis Miranda que levaria as denúncias para serem investigadas pela PF. No entanto, a corporação não teria sido acionada até o dia 18 de junho, quando vieram a público as denúncias levadas pelo servidor da Saúde ao Ministério Público Federal.

29/06/2021

Em debate na Câmara, voto impresso esbarra em falta de apoio de partidos

Medida tem parecer favorável em comissão bolsonarista, mas pode ser engavetada por Arthur Lira

Danielle Brant
e Washington Luiz

BRASÍLIA Sem apoio mínimo assegurado no plenário da Câmara dos Deputados, a PEC (proposta de emenda à Constituição) que trata do voto impresso especial deve sair da comissão especial que analisa seu mérito com a tendência de ir direto para a gaveta do presidente Arthur Lira (PP-AL).

Nesta segunda-feira (28), em reunião do colegiado que começou com uma hora de atraso, o bolsonarista Felipe Barros (PSL-PR), autor do relatório, deu voto favorável à impressão em papel de comprovante do voto dado na urna eletrônica, que seria mantida nas eleições.

A medida é uma bandeira do bolsonarismo, embora nunca tenha havido suspeita concreta de fraude nas urnas eletrônicas no país.

Oposição e aliados do governo pediram vista do relatório, o que significa o adiamento da discussão e da votação por duas sessões de plenário. Com isso, se houver sessões nesta terça (29) e na quarta (30), o texto poderia ser votado a partir de quinta-feira (1º) na comissão, formada em sua maioria por aliados do presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

Depois do colegiado, o texto poderia ser votado em plenário. Isso esbarra, porém, na oposição já manifestada por ao menos 11 partidos à mudança no sistema de votação.

Conforme informou o Painel, no sábado (26) as legendas discutiram o sistema eleitoral em uma reunião virtual e se colocaram contra a pro-



A deputada Bia Kicis em sessão da CCJ da Câmara. Pablo Valadres - 9 mar.21/Divulgação Câmara dos Deputados

posta, bandeira de Bolsonaro. Estiveram presentes os presidentes de PSDB, MDB, PP, DEM, Solidariedade, PL, PSL, Cidadania, Republicanos, PSD e Avante. As bancadas somam 326 deputados e algumas, como PL e PP, fazem parte do centrão, que integra a base de Bolsonaro na Câmara.

Para aprovar uma PEC, são necessários ao menos 308 votos na Câmara e 49 no Senado, em votações realizadas em dois turnos. Para valer para as eleições de 2022, a proposta teria que ser promulgada até o início de outubro.

Ou seja, ainda que bolsona-

ristas e outros defensores da medida votem a favor da PEC em plenário, a proposta, hoje, teria poucas chances de passar. Lira, na avaliação de aliados, só colocaria o texto em votação na Câmara caso percebesse que há apoio suficiente para aprová-lo.

Na comissão especial, a deputada Bia Kicis (PSL-DF), autora da PEC, criticou a união dos partidos contra o voto impresso. "Então fomos atropelados com uma reunião de presidentes de partidos. Mas acho que podemos reverter esse quadro, porque sabemos que os parlamenta-

res querem o voto impresso auditável", afirmou.

Apesar da falta de consenso nas bancadas, os 11 partidos estão alinhados contra a adoção do voto impresso, segundo o presidente do Cidadania, Roberto Freire.

"Agente achou meio surpreendente, porque tinha vários partidos da base do governo ou do centrão e que foram enfáticos em dizer que o voto impresso não ajudava em nada na democracia. Alguns disseram inclusive que a insistência era uma ideia que afrontava a democracia", disse.

OPT, que não participou do

encontro virtual e que tem 53 deputados, também deve votar contra a medida.

Líder do partido na Câmara, o deputado Bohn Gass (RS) disse que a legenda vai conversar com as demais siglas para ajudar a esvaziar a pauta de Bolsonaro. "Acho muito importante esse movimento porque mostra que não estamos na onda do Bolsonaro."

PCdoB e PSOL também são contrários ao voto impresso, mas a posição não é consenso na esquerda. A bancada do PDT, por exemplo, defende o modelo proposto na PEC. "O PDT defende isso desde a época de [Leonel] Brizola. Não tem nada a ver com Bolsonaro, nada dessa maluquice. A gente sabe que o interesse deles não é o voto auditável. O interesse deles é colocar em dúvida o voto de 2022 para poder justificar uma eventual derrota, como [o ex-presidente americano Donald] Trump fez nos EUA", afirma o líder do partido na Câmara, Woinéy Queiroz (PE).

Queiroz afirma que o objetivo é permitir que o eleitor possa conferir o voto e que o comprovante seja impresso em uma urna indevassável.

No PSB, a bancada está dividida. Uma parcela avalia que o voto com comprovante impresso e margem de amostragem pode quebrar a narrativa do presidente Bolsonaro — que, mesmo eleito por urnas eletrônicas, afirma, sem provas, que a votação foi fraudada.

A divisão, porém, não é intransponível. Ainda que com posições divergentes, seria possível construir uma unidade em torno da questão,

em especial pela contradição que seria um partido de oposição empunhar uma bandeira de Bolsonaro.

Nesse sentido, a justificativa é que, sob qualquer circunstância, o presidente construiria uma narrativa de fraude. Segundo congressistas que acompanham a discussão, PSB e PDT devem conversar com o presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Luis Roberto Barroso, e com o ministro Alexandre de Moraes (Supremo Tribunal Federal).

Alguns parlamentares apoiam a mudança. "Somos um partido que defende a transparência", afirma o líder do Podemos na Câmara dos Deputados, Igor Timó (MG).

No relatório lido nesta segunda-feira, Barros, autor do texto, agradeceu ao presidente Bolsonaro, "defensor desta bandeira desde quando era deputado federal, aqui como nós."

O texto substitutivo que o bolsonarista apresentou determina que os registros impressos de voto tenham mecanismos tecnológicos que assegurem sua autenticidade. Os votos deverão ser conferidos pelo eleitor e depositados, "de forma automática e sem contato manual, nas urnas indevassáveis."

Ele indica que, para evitar o risco de identificação dos votos pela configuração das escolhas no conjunto de cargos, os votos impressos devem ser depositados na urna de forma separada para cada cargo.

O deputado aborda o impacto orçamentário da adoção da medida, estimado por Barroso em R\$ 2 bilhões. Ele defende que a implementação gradual do voto impresso possibilitará a diluição desse custo em três anos, para uma média de R\$ 660 milhões anuais.

Ainda que seja aprovada na Câmara, o risco de a PEC ficar na gaveta do Senado também é elevado. A pessoa próxima ao presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), tem demonstrado que o assunto não é uma prioridade e que a pauta reforça a polarização política no país.

29/06/2021

Emenda que inclui juiz e promotor na reforma administrativa pode fracassar

Falta apoio político para proposta, e prazo para reunir assinaturas termina na semana que vem

Danielle Brant e Thiago Resende

BRASÍLIA Há quase dez meses em negociação entre deputados e o Ministério Público na reforma administrativa corre o risco de nem sequer ser viabilizada, ao não alcançar o mínimo de assinaturas necessárias para que seja formalizada na Câmara dos Deputados. Essas categorias foram poupadas na PEC (proposta de emenda à Constituição) que reformula o funcionalismo público, apresentada pelo governo no ano passado. O prazo para sugestões de alterações ao texto, de dez sessões do plenário, deve terminar na próxima semana. Há, portanto, um tempo apertado para que a proposta de inclusão dos outros Poderes na reformulação das regras seja viabilizada.

Para ser formalizada, é necessária a assinatura de pelo menos 171 dos 513 deputados. Autor da principal emenda que propõe ampliar a reforma para o Judiciário e Ministério Público, o deputado Kim Kataguiri (DEM-SP) afirma que, até sexta-feira (25), faltavam oito assinaturas para alcançar o mínimo exigido.

"A gente apresentou a emenda justamente por entender que, se fosse para ter alguma reforma administrativa, ela teria que começar pelo topo, senão não faria

sentido fazer uma reforma administrativa", afirma. "O grande problema do funcionalismo público brasileiro está na alta casta, e não nos servidores de base, no médico, no professor, no policial."

As assinaturas não representam obrigatoriamente voto à emenda. É comum de deputados darem o apoio apenas para viabilizar a tentativa de mudança no projeto.

Em setembro do ano passado, o governo enviou ao Congresso a PEC da reforma administrativa, que altera as regras no funcionalismo público. Pelo texto, não há efeito sobre os atuais servidores.

O pacote atinge futuros servidores dos três Poderes na União, nos estados e nos municípios, mas preserva categorias específicas. Juizes, procuradores, promotores, militares, deputados e senadores serão poupados nas mudanças de regras.

Além da falta de assinaturas, a proposta de emenda enfrenta articulação contrária de governistas, que têm atuado para esvaziar a proposta de Kataguiri, de acordo com o deputado. A bolsonarista Caroline de Toni (PSL-SC) apresentou texto com teor semelhante e foi apoiada por aliados do presidente Jair Bolsonaro que se recusam a assinar a emenda do deputado do DEM pelas críticas que ele faz ao governo federal.

"A primeira dificuldade é que os bolsonaristas, só pela emenda ser minha, não querem assinar e dão a desculpa de que já assinaram a emenda da Caroline de Toni", diz.

"Só que a emenda da Caroline de Toni, que eu assinei, inclusive, como um gesto, tem 25 assinaturas. Não tem a menor chance de chegar à próxima semana com o número necessário de assinaturas para incluir todas as carreiras."

Ele lembra que essas seriam assinaturas "fáceis", por serem pessoas que ideologicamente deveriam concordar com o fim de privilégios — exceto os de corporações militares. O outro entrave à coleta de assinaturas é o apoio da oposição. "Eles não assinam nenhuma emenda, porque são contra a reforma de maneira geral."

Segundo Kataguiri, o relator da reforma, deputado Arthur Maia (DEM-BA), apoia sua emenda. Maia já declarou ser favorável à extensão da proposta ao Ministério Público, ao Judiciário, ao Legislativo e aos militares.

A aliados Maia reconheceu que a emenda, se for formalmente apresentada, também despertará forte resistência dos membros dos demais Poderes, especialmente do Judiciário.

O lobby do funcionalismo é um dos mais poderosos no Congresso. Um exemplo é

que, em meio a medidas em discussão durante a pandemia, o Judiciário foi um dos principais responsáveis pelo arquivamento da proposta que cortaria a jornada e parte dos salários dos servidores públicos — o plano era que o funcionalismo desse sua contribuição diante da crise provocada pela Covid-19.

Quando apresentou a PEC ao Congresso, o Ministério da Economia informou que o Poder Executivo não tem autonomia para propor mudanças de regras para membros de outros Poderes.

"A proposta não se estende aos membros de outros Poderes porque, constitucionalmente, o chefe do Poder Executivo não pode propor normas de organização dos demais Poderes", afirmou, na época, o secretário especial adjunto de Gestão, Gleisson Rubin.

Caberia, então, ao Congresso prever mudança nas regras para essas categorias, segundo a argumentação da equipe econômica.

A PEC da reforma administrativa passou pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara no fim de maio. O texto agora está em discussão em uma comissão especial da Casa. A previsão é que Maia apresente o relatório em agosto.

De acordo com o projeto de reforma, ficam proibidas pro-

gressões automáticas de carreira, como as gratificações por tempo de serviço, e são criadas maiores restrições para acesso ao serviço público.

O texto também abre caminho para o fim da estabilidade em grande parte dos cargos, maior rigidez nas avaliações de desempenho e redução do número de carreiras.

Há proteção, contudo, para as chamadas carreiras de Estado, que ainda serão listadas. A proposta de reforma só conseguiu passar pela CCJ da Câmara no fim de maio. A fase atual é a comissão especial, instalada em junho e na qual o mérito da proposta é analisado.

O governo enfrentou dificuldade logo na primeira sessão do grupo que vai analisar o projeto. O colegiado foi instalado com 7 das 34 vagas de titulares vagas. Delas, 4 são de partidos da base: 1 do PSD, 1 do PSL e 2 do Republicanos.

Além disso, membros de partidos aliados a Bolsonaro são ligados a corporações do funcionalismo público, como o líder da bancada da segurança pública, deputado Capitão Augusto (PL-SP).

Em 22 de fevereiro, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), estimou que a reforma administrativa seria votada no plenário da Casa antes do fim do primeiro trimestre. No dia 10 de maio, afirmou que sua intenção era enviar o texto para o Senado até julho.

A previsão agora é que a comissão especial encerre o trabalho em agosto. Depois, o texto ainda precisa passar pelo plenário da Câmara e, só então, segue para o Senado, onde tem tramitação lenta por ser uma PEC.

No entanto, a pressão da base bolsonarista ameaça empurrar a reforma administrativa só para 2023.

Entenda a reforma administrativa

Proposta cria diferentes tipos de vínculo

Estabilidade ficará restrita a um deles: cargo típico de Estado

As carreiras com direito ainda serão definidas. Precisa de concurso e não podem ter redução de remuneração nem de jornada

É criada a possibilidade de cargo por tempo indeterminado, sem estabilidade e dependente de concurso

Proposta impede demissões por questões partidárias

Servidores públicos em atividade no momento da aprovação das medidas não serão impactado

Sem apoio, emenda que inclui juizes e promotores na reforma administrativa corre risco de fracassar

Para ser formalizada, é necessária assinatura de pelo menos 171 dos 513 deputados; ainda faltam oito

Governo pretende usar reforma do IR para bancar novo programa social

Projeto terá como efeito aumento de R\$ 980 milhões na receita em 2022, o suficiente para zerar por um ano a atual fila no Bolsa Família

Fábio Pupo e
Bernardo Caram

BRASÍLIA O governo planeja usar a arrecadação extra a ser obtida com a reforma no Imposto de Renda, apresentada na sexta-feira (25), para bancar parte do programa social que sucederá o Bolsa Família.

O projeto de reforma tributária enviado ao Congresso na semana passada tem como efeito líquido uma elevação das receitas federais em R\$ 980 milhões em 2022, de acordo com o informado pelo governo em apresentação sobre a proposta.

O crescimento seria obtido apesar de o governo ter afirmado que buscou um resultado líquido neutro com o conjunto das medidas que aumentam e das que reduzem receitas.

Esses recursos poderão ser usados como medida compensatória para o novo programa social do governo no ano que vem, de acordo com exposição de motivos que acompanha o projeto de lei enviado ao Congresso.

"As alterações tributárias presentes neste projeto de lei [...] poderão ser consideradas, ao nível da arrecadação prevista para 2022, como medida compensatória para a despesa adicional [...] decorrente do novo programa social do governo federal", afirma o texto do governo.

O valor extra em 2022 seria suficiente, por exemplo, para zerar por um ano a atual fila de 400 mil cadastrados à espera do Bolsa Família que também não estão recebendo o auxílio emergencial (a conta considera a média de R\$ 190 mensais concedidos no programa social criado na era petista).

da em R\$ 32 bilhões em 2022, em R\$ 54,7 bilhões em 2023 e em R\$ 57,6 bilhões em 2024.

Procurado, o Ministério da Economia afirma que o resultado final é de crescimento na arrecadação porque há "impossibilidade técnica" de as diversas medidas propostas resultarem em efeito zero.

"Tomando-se em conta a amplitude dos valores envolvidos, na ordem de dezenas de bilhões, os valores finais apurados em cada ano estão dentro da margem de precisão das estimativas. Dessa forma, não revelam nenhuma expectativa de ganho adicional de receitas com o projeto", diz a pasta.

De qualquer forma, há um efeito líquido positivo que ajudaria o governo a formatar o novo programa social — já que as regras fiscais exigem uma fonte orçamentária (seja elevação de receitas ou diminuição de custos) para criar despesas continuadas.

Há mais de um ano o Executivo planeja lançar um novo programa social nos moldes do Bolsa Família, com elevação no valor pago e possível aumento no número de atendidos. Mas as restrições orçamentárias têm feito o plano encontrar dificuldades.

A reforma tributária, no entanto, seria uma ajuda limitada. De acordo com os cálculos do governo, o impulso na arrecadação com as mudanças no IR seria menor nos próximos anos — R\$ 330 milhões em 2023 e R\$ 590 milhões em 2024.

Mesmo os valores estimados pelo governo podem mudar ao longo da tramitação da reforma no Congresso. Parlamentares já apresentam resistências a pontos do texto, como a tributação de dividen-

+ PONTOS DA REFORMA DO IR

DESCONTO SIMPLIFICADO

Como é Na declaração anual de ajuste do IR, os contribuintes podem hoje pedir o desconto simplificado de 20%. O percentual é um valor presumido, criado para simplificar o processo

Como ficaria Só quem ganha até R\$ 40 mil por ano teria direito ao desconto. A justificativa é que a evolução tecnológica já simplifica hoje a declaração. Outras formas de dedução (despesas médicas e educacionais) permanecem

PESSOA JURÍDICA

Como é Alíquota do IRPJ é hoje de 15%. Além disso, há cobrança de 10% sobre o lucro que exceder R\$ 20 mil

Como ficaria Corte da alíquota para 12,5% em 2022

poderá ser usado para ampliar os programas sociais do governo. No entanto, as demandas apresentadas pelo presidente Jair Bolsonaro para o ano eleitoral já superam o limite máximo de gastos estabelecidos na regra fiscal.

O ministro Paulo Guedes (Economia) tem reiterado a dificuldade de buscar orçamento para a reestruturação do Bolsa Família e lembrado que Jair Bolsonaro já barrou outras alternativas, como o fim do abono salarial (espécie de 14º salário pago a trabalhadores de baixa renda).

A própria reforma tributária já foi mencionada em meio às possibilidades de financiamento do novo programa social, em especial por meio da criação de um imposto sobre pagamentos (que não chegou a ser apresentado oficialmente pelo governo).

"A ciência manda você fazer um negócio, mas a política diz 'não, é inaceitável isso daí, vamos buscar isso em outro lugar'. E aí, a gente sai girando e vai procurar outras políticas, estamos procurando e vamos achar esses recursos. Mas é difícil, porque aí a política também empurra um pouco", afirmou Guedes ao comentar a busca orçamentária para bancar o novo programa social.

Segundo ele, o governo pretende voltar a pagar o Bolsa Família, sem o auxílio emergencial, no fim do ano.

Em busca de recursos para turbinar a área social às vésperas das eleições, o governo também está analisando a possibilidade de uso da "sobra" de ao menos R\$ 9,4 bilhões no Bolsa Família em 2021.

A "sobra" foi gerada após o programa ter sido substituí-

O governo não divulgou ainda o impacto de cada uma das medidas propostas na sexta, mas afirmou que o conjunto das iniciativas referentes à tributação de dividendos, à revogação dos juros sobre o capital próprio, ao mercado financeiro e à atualização do valor dos imóveis vai gerar aumento de receitas tributárias estimado em R\$ 32,3 bilhões em 2022, em R\$ 55 bilhões em 2023 e em R\$ 58,2 bilhões em 2024.

Enquanto isso, as medidas referentes à redução da alíquota do IR para pessoas jurídicas, à atualização da tabela progressiva da pessoa física e à atualização do valor dos imóveis acarretarão uma redução de receitas tributárias estima-

dos, o que deve jogar para baixo a previsão de ganho de arrecadação com a medida.

Além disso, permanecerá como um dos principais problemas para o novo programa social o atendimento da regra do teto de gastos em 2022 (ou seja, ainda haveria a limitação nas despesas mesmo obtendo mais receitas). Há incertezas sobre como fazer caber no limite tantas iniciativas sinalizadas para o ano eleitoral — como aumento de salários de servidores, obras de infraestrutura e expansão de programas sociais.

Para o ano que vem, a equipe econômica estima que será aberta uma margem de R\$ 25 bilhões no teto. Esse espaço

e 10% em 2023. Fica inalterada a cobrança de 10% sobre lucro que exceder R\$ 20 mil

DIVIDENDOS
Como é São isentos

Como ficaria Serão tributados em 20% na fonte. Haverá isenção para até R\$ 20 mil por mês, desde que a pessoa receba de micro ou pequena empresa

do pelo auxílio emergencial nos últimos meses na maior parte dos lares beneficiados. Agora, os ministérios da Cidadania e da Economia analisam a possibilidade de aproveitar os recursos — mas ainda há dúvidas no governo sobre a possibilidade de o plano ir adiante no formato imaginado sem questionamentos.

A proposta capitaneada pela pasta da Cidadania é direcionar o dinheiro a ações como a compra de cisternas para a população do semiárido (clima que abrange a maior parte do Nordeste), a aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar e a distribuição de leite e cestas básicas à população de baixa renda.

Preço de produtos de festa junina sobe 16% em 12 meses, mais que o dobro da inflação

BRASÍLIA Os pratos típicos de festa junina —um dos principais atrativos da celebração— não escaparam da alta de preços vista nos últimos meses. Segundo levantamento da FGV (Fundação Getúlio Vargas), o valor médio dos ingredientes mais utilizados na data acumula alta de 16% em um ano, o dobro da inflação do período (7,98%).

Segundo o levantamento, que analisou 32 itens, o arroz doce e o churrasco foram os mais afetados pela alta de preços no acumulado em 12 meses até maio. O preço do arroz subiu 52,45%, seguido pelo do leite condensado (25,62%), da carne bovina (34,4%) e da linguiça (27,74%).

Entre os itens analisados, apenas a maçã e a batata-inglesa sofreram um recuo nos preços, de 1,57% e 14,54%, respectivamente.

Matheus Peçanha, economista da FGV, explica em nota que o aumento do volume de exportações para a Ásia durante a pandemia reduziu a oferta de carne no mercado interno, o que pressionou os preços.

Além disso, o especialista afirma que a crise hídrica vivenciada pelo Brasil interfere no plantio de cereais e leguminosas como soja, milho e amendoim, o que também pressiona os preços de alimentos consumidos nos festejos juninos.

24,02%
é a alta do açúcar cristal acumulada em 12 meses

13,79%
é o aumento do milho

11,13%
é a alta do amendoim

11,02%
é o reajuste do milho de pipoca

Fonte : FGV

“Com a estiagem nos principais pontos de plantio dos cereais e leguminosas, a produção de soja, milho, arroz e amendoim ficaram impactadas, o que refletiu no aumento de preços desses produtos in natura, bem como das carnes, que usam milho e soja como ração”, disse em nota. “Muitos desses produtos não têm substituto”.

Nesta terça (28), a FGV divulga o IGP-M (Índice Geral de Preços Mercado), conhecido como a inflação do aluguel, de junho e do primeiro semestre. Até maio, o indicador acumulada alta de 37,04% em 12 meses, ante 8,06% do IPCA, o índice oficial de inflação, calculado pelo IBGE.

29/06/2021

Coronavac é segura e induz resposta imune em crianças a partir de 3 anos

Pesquisa de fases 1 e 2 com mais de 500 voluntários na China foi publicada nesta segunda-feira

Ana Bottallo

SÃO PAULO A Coronavac, vacina contra a Covid-19 desenvolvida pelo laboratório Sinovac e produzida no Brasil pelo Instituto Butantan, é segura e produz resposta imune em pessoas de 3 a 17 anos. Os dados do estudo de fases 1 e 2, anunciados no início do mês pelo próprio laboratório chinês, foram publicados oficialmente na edição desta segunda-feira (28) do periódico científico *The Lancet Infectious Diseases*.

Apesar de o mesmo tempo que anunciou os resultados preliminares do estudo, o governo chinês afirmou que iria começar a aplicação da vacina em crianças a partir de três anos. Com isso, a China pode se tornar o primeiro país a ter essa população vacinada, embora o ensaio de fase 3 da vacina ainda esteja em andamento. No estudo randomizado, controlado e duplo-cego, fo-

ram avaliadas 550 crianças e adolescentes (71 na fase 1 e 479 na fase 2) de 3 a 17 anos para medir a segurança, a tolerabilidade e a imunogenicidade (capacidade de gerar resposta imune) de duas doses da Coronavac em um intervalo de 28 dias entre elas. Um grupo dos participantes foi sorteado para receber uma substância placebo, inócua ao organismo — nesse caso, foi o hidróxido de alumínio, adjuvante também presente na fórmula do fármaco verdadeiro.

A pesquisa foi conduzida no CDC (Centro para Controle e Prevenção de Doenças) da província de Hebei, região central da China, a 118 quilômetros de Pequim. A análise de imunogenicidade da vacina apontou que a vacina levou à produção de anticorpos em 96% dos participantes 28 dias após a aplicação da segunda dose. Na fase 1, nenhum dos voluntários tinha anticorpos neutralizantes

contra o coronavírus Sars-CoV-2 e, 28 dias após a vacina, 100% deles apresentaram esses anticorpos no sangue.

Na fase 2, 95% dos participantes que receberam as duas doses com 1,5µg e 100% dos que receberam a dosagem maior, com 3µg da vacina, apresentaram anticorpos no sangue 28 dias após a segunda injeção. Por essa razão, os pesquisadores optaram por continuar os estudos de fase 3 com a dosagem mais alta.

Comparando com os testes em pessoas com 18 a 59 anos, a seroconversão, ou seja, a presença de anticorpos no sangue específicos contra o Sars-CoV-2 após a vacinação, foi maior em crianças e adolescentes de 3 a 17 anos do que na população adulta (18 a 59 anos).

Na avaliação da segurança, os participantes foram acompanhados por até 28 dias após a aplicação da segunda injeção contendo vacina ou placebo

e, em geral, os efeitos colaterais foram leves a moderados, com 146 (27%) dos 550 participantes reportando pelo menos um evento após a vacinação. Em geral, os efeitos mais comuns foram dor no local da injeção (73 ou 13%) e febre (25 ou 5%), e aconteceram até sete dias após a vacinação, com resolução dos sintomas em até 48 horas.

Houve apenas um caso de evento adverso grave, uma criança que apresentou quadro de pneumonia após receber o placebo, não associado à vacina. Não houve uma diferença estatística significativa entre os indivíduos que receberam a vacina com a dose menor (1,5µg) em comparação àqueles que receberam a dose mais alta (3µg) na ocorrência de efeitos adversos, confirmando o perfil de alta tolerabilidade da vacina.

A pesquisa não tinha como objetivo avaliar a chamada resposta imune celular pro-

duzida pela ação de células de defesa, como os linfócitos T, cuja função é combater e matar as células infectadas pelo vírus no corpo.

De acordo com os ensaios clínicos com indivíduos com 18 anos ou mais, a Coronavac também induz à produção dessas células, e para a próxima etapa de investigação nas crianças e adolescentes os pesquisadores desejam avaliar também esses índices nos mais jovens.

Algumas limitações do estudo apontadas pelos próprios pesquisadores são o número baixo de indivíduos incluídos no estudo por faixa etária e o fato de todos eles serem de uma mesma etnia (han ou de origem oriental).

Outro ponto citado pelos autores é o curto tempo de monitoramento, não sendo possível ainda afirmar se a produção de anticorpos é duradoura ou não, e se efeitos colaterais podem surgir com maior tempo de observação. Esses dados são, em geral, avaliados quando as vacinas passam a ser utilizadas em larga escala na população.

Até o momento, os testes das vacinas com crianças e adolescentes concluídos incluíram indivíduos de 12 anos ou mais, e não há informações para crianças abaixo dessa idade.

O imunizante da Pfizer/BioNTech é o único autorizado para uso em crianças com 12 a 17 anos, inclusive no Brasil, onde recebeu autorização da Anvisa no último dia 11 de junho, embora seu uso seja condicionado à inclusão desse grupo no PNI (Programa Nacional de Imunizações).

Segundo Dimas Covas Tadeu, diretor do Instituto Butantan, responsável pela produção da Coronavac no Brasil, a inclusão das crianças e adolescentes em outros países e a publicação dos dados do estudo chinês podem acelerar o processo de autorização para essa faixa etária no Brasil.

"Não é um grupo prioritário no momento, pois precisamos primeiro completar a vacinação nos adultos, mas estamos aproveitando esse estudo inclusive para acrescentar no dossiê da Coronavac apresentado à Anvisa e brevemente também esperamos obter essa autorização e poder vacinar crianças e adolescentes."

A vacina da farmacêutica Sinovac é feita a partir de vírus inativado, mesma tecnologia utilizada em vacinas tradicionais, como da gripe, e que são aplicadas anualmente em crianças.

Testes de fase 1 e 2 da Coronavac em crianças

- **550 crianças e adolescentes** de 3 a 17 anos incluídos na pesquisa
- **96% de seroconversão** 28 dias após a segunda dose
- **27% dos participantes** reportaram efeitos colaterais
- Não houve diferença estatística significativa dos efeitos com a dose mais alta em comparação à dose menor do imunizante
- As duas dosagens se mostraram bem toleradas e com boa resposta imune

Fonte: *The Lancet Infectious Diseases*



Jovem recebe dose da Pfizer em Israel; teste com a Coronavac na China mostrou segurança de imunizante em crianças e adolescentes - Jack Guenz - 21.jun.21/APP

Proteção das vacinas da Pfizer e da Moderna pode durar anos

Apoorva Mandavilli

THE NEW YORK TIMES As vacinas fabricadas pelas empresas farmacêuticas norte-americanas Pfizer/BioNTech e Moderna produzem uma reação persistente no organismo que pode proteger contra o coronavírus durante anos, relataram cientistas na segunda-feira (28).

As descobertas se somam a evidências crescentes de que a maioria das pessoas imunizadas com vacinas de mRNA (RNA mensageiro) talvez não precisem de reforço, desde que o vírus e suas variantes não evoluam muito além de suas formas atuais, o que não é garantido. Pessoas que se recuperaram da Covid-19 antes de ser vacinadas podem não precisar de reforço mesmo que o vírus sofra uma transformação significativa.

"É um bom sinal sobre a duração de nossa imunidade com essa vacina", disse Ali Ellebedy, imunologista na Universidade de Washington em St. Louis que liderou o estudo publicado na revista Nature.

O estudo não considerou a vacina da Janssen, mas Ellebedy disse acreditar que a reação imune dela seja menos duradoura do que a produzida por vacinas de mRNA. O imunologista e seus co-

legas relataram no mês passado que nas pessoas que sobreviveram à Covid-19 as células imunes que reconhecem o vírus ficam latentes na medula óssea por ao menos oito meses após a infecção. Outro estudo indicou que as chamadas células de memória B continuam amadurecendo e se reforçando durante pelo menos um ano depois da infecção.

Com essas descobertas, pesquisadores sugeriram que a imunidade pode durar anos, possivelmente a vida inteira, em pessoas que foram infectadas com o coronavírus e depois vacinadas. Mas não ficou claro se só a vacina pode ter um efeito tão prolongado.

A equipe de Ellebedy tentou abordar essa questão examinando a fonte das células de memória: os nódulos linfáticos, onde as células imunes treinam para reconhecer e combater o vírus.

Depois de uma infecção ou da vacinação, uma estrutura especializada, chamada centro germinal, se forma nos nódulos linfáticos. Essa estrutura é uma escola de elite para tipos de células B — um acampamento onde elas se tornam cada vez mais sofisticadas e aprendem a reconhecer um conjunto variado de sequências genéticas virais.

Quanto maiores o alcance e o tempo que essas células tiverem para praticar, maior probabilidade de que consigam combater variantes.

"Todo mundo sempre se concentra na evolução do vírus. Isso está mostrando que as células B estão fazendo o mesmo", disse Marion Pepper, imunologista na Universidade de Washington em Seattle.

Depois da infecção por coronavírus, o centro germinal se forma nos pulmões. Mas, depois da vacinação, a educação das células ocorre nos nódulos linfáticos nas axilas, ao alcance dos pesquisadores.

Ellebedy e seus colegas recrutaram 41 pessoas, incluindo oito com histórico de infecção pelo vírus, que estavam imunizadas com duas doses da vacina Pfizer/BioNTech.

Das 14, retiraram amostras dos nódulos linfáticos três, quatro, cinco, sete e 15 semanas após a primeira dose.

O trabalho faz deste um "estudo heroico", disse Akiko Iwasaki, imunologista em Yale. "Esse tipo de análise cuidadosa ao longo do tempo em humanos é muito difícil de fazer".

Ellebedy descobriu que, 15 semanas depois da primeira dose de vacina, o centro germinal continuava altamente ativo nos 14 participantes, e o

número de células de memória que reconheciam o coronavírus não tinha diminuído.

"O fato de as reações continuarem quase quatro meses depois da vacinação é um sinal muito, muito bom", disse o cientista. Os centros germinais geralmente atingem o pico uma ou duas semanas depois da vacinação e somem.

Os resultados sugerem que a maioria dos vacinados ficará protegida em longo prazo — pelo menos contra as variantes existentes do coronavírus. Mas idosos, pessoas com sistemas imunes fracos ou que tomam supressores de imunidade podem precisar de reforço.

Quanto tempo vai durar a proteção das vacinas é difícil prever. Se não houver variantes que contornem a imunidade, na teoria pode durar para toda a vida. Mas o vírus está evoluindo.

As pessoas que foram infectadas e depois imunizadas tiveram um importante reforço em seus níveis de anticorpos.

A boa notícia: uma vacina de reforço provavelmente terá o mesmo efeito que uma infecção anterior em pessoas imunizadas, disse Ellebedy.

Em termos de reforçar o sistema imune, a vacinação é "provavelmente melhor"

do que se recuperar da infecção real, disse ele. Ellebedy disse que os resultados também sugerem que esses sinais de reação imune persistente podem ser causados só pelas vacinas de mRNA, em oposição às feitas por meios mais tradicionais.

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves

Terceira dose de AstraZeneca produz forte resposta imune

Alistair Smout e Natalie Thomas

LONDRES | REUTERS Uma terceira dose da vacina contra Covid-19 da AstraZeneca com a Universidade de Oxford, produzida no Brasil pela Fiocruz, produz forte resposta imune, disseram pesquisadores nesta segunda-feira (28), acrescentando que ainda não exist em evidências de que esse reforço seja necessário, especialmente dada a falta de vacinas em alguns países.

O estudo mostrou que uma terceira dose aumenta as respostas imunes de anticorpos e de células T. A aplicação da segunda dose pode ser adia-

da para até 45 semanas após a primeira e, ainda assim, aprimorar a resposta imune.

O governo do Reino Unido diz que analisa planos para uma campanha de aplicação de doses de reforço no outono do Hemisfério Norte, com três quintos dos adultos já com as duas doses de vacinas aplicadas.

Andrew Pollard, diretor do Grupo de Vacinas de Oxford, disse que as evidências de que a vacina protege contra as variantes existentes por um período sustentável significam que uma dose de reforço pode não ser necessária.

"Neste momento, com alta taxa de proteção na população do Reino Unido e nenhuma evidência de que isso foi per-

didado, aplicar terceira doses enquanto outros países têm zero doses não é aceitável."

Estudos anteriores já mostraram que essa vacina tem eficácia maior se o intervalo de aplicação entre as doses é ampliado para 12 semanas.

A pesquisa anunciada nesta segunda-feira foi divulgada em pré-print, sem revisão de cientistas, e analisou 30 participantes que receberam uma segunda dose tardia e 90 que receberam uma terceira dose. Todos os participantes tinham menos de 55 anos.

'Tratoração'. Resposta do governo ao TCU mostra acertos, até por WhatsApp, para repasse de R\$ 261 mi de emendas de relator pelas pastas da Defesa, da Agricultura e da Justiça

Orçamento secreto inclui outros três ministérios

Breno Pires
André Shalders | BRASÍLIA

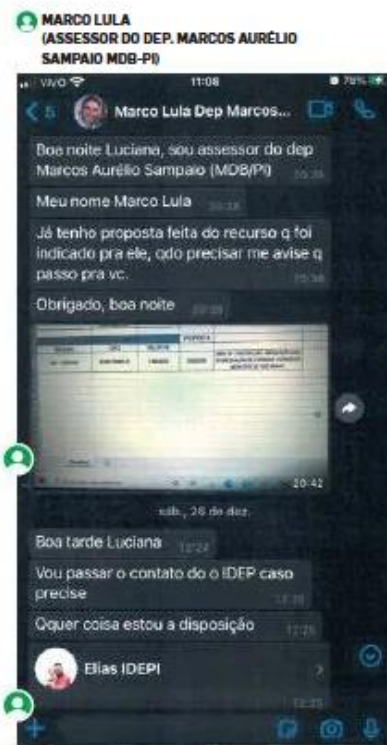
A prática do orçamento secreto foi utilizada em ao menos outros três ministérios do governo de Jair Bolsonaro, além do Desenvolvimento Regional. Planilhas, ofícios e até mensagens por WhatsApp obtidos pelo Estadão revelam acertos para o repasse de R\$ 261 milhões das emendas de relator-geral, de sigla "RP 9", pelas pastas da Defesa, da Agricultura e da Justiça. A movimentação de recursos para garantir apoio político teve foco maior no Desenvolvimento Regional, tocado pelos militares nos extremos da Amazônia.

Os documentos foram enviados pelo governo como resposta a questionamentos do Tribunal de Contas da União (TCU). A Corte julgará amanhã as contas do governo no exercício de 2020. A área técnica do tribunal considerou que o uso feito pelo governo das emendas de relator-geral do orçamento é incompatível com a Constituição. O artifício foi criado no fim do ano passado pelo presidente Jair Bolsonaro para obter apoio do Congresso, como revelou o Estadão.

"A distribuição de emendas parlamentares por dezenas de ofícios e planilhas não se demonstra compatível com o arca-

EMENDAS VIA WHATSAPP

● Documentos entregues pelo governo ao TCU mostram pressão pela liberação de verbas via aplicativo de mensagens



boço jurídico-constitucional”, diz relatório da equipe do TCU.

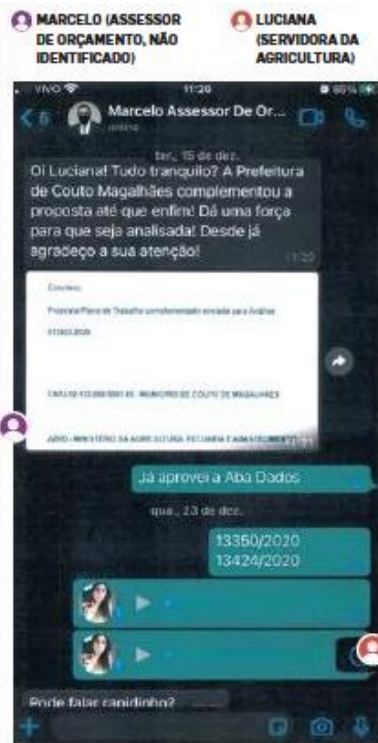
Documentos entregues ao TCU indicaram que senadores governistas direcionaram o dinheiro das emendas RP 9 para municípios da área do Projeto Calha Norte, concebido por militares em 1985 para aumentar a presença do Estado na região.

Uma planilha do Ministério da Defesa, que coordena o programa, mostra empenhos de emendas de relator-geral que somam R\$ 96 milhões no Calha Norte. Os recursos reservados atenderam a indicações de senadores como Davi Alcolumbre (DEM-AP), então presidente do Senado; Eduardo Gomes (MDB-TO), líder do governo no Congresso, Eduardo Braga (AM), líder do MDB; Wellington Fagundes (PL-MT); Zequinha Marinho (PSC-PA); Jayme Campos (DEM-MT); Mailza Gomes (Progressistas-AC); Lucas Barreto (PSD-AP) e Plínio Valério (PSDB-AM).

A lista de beneficiados inclui Chico Rodrigues (DEM-RR), senador que foi flagrado escondendo maços de dinheiro na cueca. Rodrigues pôde direcionar R\$ 30 milhões em emendas de relator para o Calha Norte em seu Estado. Poucos meses antes de ser alvo da Polícia Federal, enquanto era vice-líder do governo no Senado, o senador havia enviado ofício à Defesa, informando sobre o direcionamento do montante “após conversações entre a Secretaria de Governo da Presidência”.

Alcolumbre mandou ofício em 21 de setembro pedindo que o governo liberasse averba para a “implementação de infraestrutura básica” na sua cidade, Macapá (AP). A destinação dos recursos faria parte do Calha Norte. Na época, Josiel Alcolumbre, irmão do senador, estava em campanha pela prefeitura da cidade, mas foi derrotado.

Também na lista dos que indicaram verbas para o Calha Norte, o senador Eduardo Gomes destinou R\$ 20 milhões para compras de máquinas e implementos agrícolas. Ao **Estadão**, o líder do governo no Congres-



INFOGRÁFICO/ESTADÃO

● **Avaliação**
“A distribuição de emendas parlamentares por dezenas de ofícios e planilhas não se demonstra compatível com o arcabouço jurídico-constitucional.”

TRECHO DE RELATÓRIO DO TCU

so confirmou o repasse e disse que foi noticiado na imprensa local. Apesar disso, não há registro nos portais de transparência sobre o autor da destinação.

Procurada, a Defesa disse que cabe aos congressistas definir como as verbas das emendas de relator-geral no Calha Norte serão usadas, em “conformidade” com as “políticas públicas que consideram necessárias”.

Ao longo de 2020, a Agricultura comprou máquinas pesadas como tratores, motonivelado-

ras e retroscavadeiras para 365 municípios. Em maio deste ano, o ministério informou ao **Estadão** que as compras não tinham ocorrido a pedido de parlamentares. “Cabe apenas ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) definir a destinação desses recursos”, destacou a pasta na ocasião.

Agora, os papéis encaminhados ao TCU informam que há dezenas de ofícios de deputados e senadores pedindo máquinas e pequenas obras.

Deputado eleito pelo Tocantins, Vicentinho Junior assinou e enviou à Agricultura ofício direcionando R\$ 20 milhões para fora de seu Estado. Escolheu Jussara e São Gabriel, na Bahia, como destinos de R\$ 5 milhões cada, para estradas vicinais. Além disso, destinou R\$ 10 milhões para a cidade de Parambu, no Ceará. Questionado sobre o

motivo desses repasses para outros Estados, o deputado disse que iria buscar informações com o chefe de gabinete, mas depois não atendeu mais.

No material entregue ao TCU há também ofícios dirigidos ao general Luiz Eduardo Ramos, então ministro da Secretaria de Governo e hoje no comando da Casa Civil. Um deles é assinado pelo relator-geral do Orçamento de 2020, Domingos Neto (PSD-CE). As comunicações mostram que, ao contrário do alegado ao **Estadão**, a Secretaria de Governo participa da distribuição dos recursos do orçamento secreto.

NA WEB

‘Tratoração’. Leia reportagens sobre o orçamento secreto estadao.com.br/orcamento/

PRÉMIO: R\$ 20 MILHÕES POR OFÍCIO DE DESTINAÇÃO DE RECURSOS PARA O PROJETO CALHA NORTE

escreader

Adiar mais a 2ª dose é efetivo com a AstraZeneca

Estudo sugere bom resultado com intervalo de 10 meses e 3ª dose contra variante

O adiamento por mais semanas da vacina da AstraZeneca pode ser benéfico, além de uma terceira dose criar um "forte" reforço imunológico contra o coronavírus e as suas novas variantes, de acordo com um estudo preliminar publicado nesta segunda-feira na revista médica *The Lancet*.

O estudo, desenvolvido pela Universidade de Oxford, aponta que quando o intervalo entre as duas primeiras doses é de 45 semanas - cerca de dez meses - os níveis de anticorpos são até quatro vezes mais elevados do que com um período interme-

diário de 12 semanas. "Esta é uma notícia tranquilizadora para os países com menor fornecimento de vacinas, que podem estar preocupados com atrasos no fornecimento de segundas doses para suas populações", disse Andrew Pollard, diretor de testes de vacinas da Oxford, em comunicado.

De acordo com a pesquisa, os níveis de anticorpos permanecem elevados em relação à linha de base por pelo menos um ano após uma única dose, representando uma resposta imunológica "robusta e duradoura", disse Mene Pangalos, diretor da AstraZeneca. Além disso, o estudo observa que dar uma terceira dose pelo menos seis meses depois aumentaria os anticorpos seis vezes e ofereceria maior imunidade contra as variantes Alfa (detectada pela primeira vez, no Reino Unido), Beta (na África do Sul) e Delta (na Índia).

No entanto, os autores do estudo observam que "ainda não se sabe se as injeções de reforço serão necessárias", seja em resposta à imunidade diminuída ou para fortalecer a proteção contra as variantes de risco. Em relação aos efeitos adversos da vacina da AstraZeneca, resultados preliminares de pesquisas indicam que são "bem toleradas", com incidência menor após a segunda e terceira doses do que após a primeira.



Aplicação única em morador de rua e caminhoneiro

Em busca de imunizar grupos que correm o risco de não retornar para a segunda aplicação, Estados como Minas, Paraná e Rio Grande do Norte e cidades como

São Paulo (foto) e Araguaína (Tocantins) decidiram destinar todas ou uma parte das doses da Janssen, de dose única, para moradores de rua e caminhoneiros.

Combinação de Imunizantes. Além disso, a Universidade de Oxford apresentou ontem um estudo em que uma melhor resposta imunológica foi alcançada por meio de esquema misto de vacinação contra a covid-19. De acordo com a pesquisa, uma dose da Pfizer, aplicada quatro semanas após a da AstraZeneca, produz melhores respostas imunológicas se comparada à

aplicação de duas doses desse último laboratório. A pesquisa foi feita com 830 pessoas, que receberam as doses das vacinas em um intervalo de quatro semanas.

Segundo o estudo chamado Com-COV, esquemas mistos de duas doses das vacinas Pfizer e AstraZeneca, em qualquer combinação, produziram altas concentrações de anticorpos contra a proteína spike do coronavírus. A Pfizer foi a vacina que ofereceu maior resposta de anticorpos nas pessoas que tomaram duas doses. Já os esquemas mistos ofereceram melhores resultados em relação à aplicação de duas doses da AstraZeneca.

Os resultados podem servir

de suporte para alguns países europeus, que começaram a oferecer alternativas à AstraZeneca após a vacina ser associada a casos raros de coágulos sanguíneos. De acordo com o professor Matthew Snape, que participou da pesquisa, a descoberta pode ser usada para oferecer flexibilidade, mas ainda é cedo para recomendar uma mudança mais ampla no programa de vacinação. "De fato é encorajador que essas respostas a anticorpos e células T pareçam boas com os cronogramas mistos, mas acho que o padrão deve permanecer, e não ser que haja uma boa razão para mudança, já que comprovadamente o esquema atual funciona", diz. / COM AGENCIAS INTERNACIONAIS

Coronavírus se mostra segura para crianças

Outro estudo divulgado ontem na *Lancet* indica que a vacina desenvolvida pelo Instituto Butantan em parceria com a farmacêutica Sinovac é segura e capaz de gerar resposta imune em crianças e adolescentes de 3 a 17 anos. Os resultados foram obtidos por meio de ensaios clínicos de Fase 1 e 2 com 522 participantes entre outubro e dezembro de 2020, na província de Hebei, China.

Segundo o estudo, a taxa de soroconversão de anticorpos neutralizantes, que indica produção de anticorpos contra o antígeno do coronavírus, em crianças e adolescentes, foi superior a 96% após 28 dias da vacinação com duas doses do imunizante. Em relação à segurança da vacina, as reações adversas observadas foram de leves a moderadas. Apenas 1% dos voluntários apresentaram reação adversa de nível maior e, na maior parte dos casos, foram relatadas dor no local da aplicação (13%) e febre (5%). O estudo foi conduzido por pesquisadores da Sinovac Biotech, do Centro de Controle e Prevenção de Doenças de Hebei, Institutos Nacionais de Controle de Alimentos e Medicamentos de Pequim, Centro de Controle e Prevenção de Doenças de Zhanjiang e Beijing Key Tech Statistics Technology.

Adoção no Brasil. De acordo com o Instituto Butantan, os dados relativos ao estudo de Fases 1 e 2 da Coronavac em crianças e adolescentes já foram encaminhados à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A adoção do imunizante no Plano Nacional de Imunizações (PNI) cabe agora à agência e ao Ministério da Saúde.

Até agora, segundo a Anvisa, a Pfizer é a única vacina dentro as disponíveis no País que já tem autorização para ser usada entre 12 e 17 anos. O Rio foi a primeira capital a anunciar calendário para a vacinação desse grupo: a previsão atual é de imunização em setembro.

SP vacina grupo de 44 e 45 anos hoje

● A Prefeitura de São Paulo quer aplicar a vacina contra covid-19 em moradores de 44 e 45 anos nesta terça-feira. O cronograma foi divulgado no início da noite de anteontem, após serem imunizadas as pessoas de 46 anos.

A programação retorna a aplicação em duas idades diferentes no mesmo dia, após entraves enfrentados pela Prefeitura ao longo da semana passada, quando o desabastecimento de doses foi notado em parte das unidades de saúde.

29/06/2021

Crise elétrica. Sugestão da área técnica da Agência Nacional de Energia Elétrica é subir de R\$ 6,24 para até R\$ 12 o valor da bandeira vermelha 2 a cada 100 quilowatts-hora consumidos, para cobrir o custo extra com o uso de termelétricas; decisão será anunciada hoje

Com risco de racionamento, Aneel avalia dobrar taxa extra na conta de luz

Anne Warth | BRASÍLIA

A área técnica da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) calcula que o novo patamar da bandeira vermelha nível dois deve subir para algo entre R\$ 11,50 e R\$ 12,00 a cada 100 quilowatts-hora consumidos. Esse seria o valor necessário para cobrir todo o custo adicional com o acionamento de termelétricas ao longo do segundo semestre deste ano, diante da situação crítica dos reservatórios de água e do risco de um novo racionamento de energia. A decisão final será tomada hoje em reunião pública do órgão regulador, formada por cinco diretores.

A sugestão da área técnica não tem caráter obrigatório, de forma que a diretoria pode, se assim desejar, aprovar um valor menor ou maior do que o proposto. Se forem acatados, os valores vão representar um aumento entre 84,3% e 92,3%, respectivamente, na taxa extra embutida nas contas de luz.

A bandeira vermelha nível 2 está em R\$ 6,24 a cada 100 quilowatts-hora. A proposta da Aneel era um reajuste para R\$ 7,57 por 100 kWh — um salto de até 21%. Mas, no dia 15, em audiência pública na Comissão de Minas e Energia da Câmara, o diretor-geral da Aneel, André Pepitone, confirmou que o reajuste superaria esse percentual — como antecipou o *Estadão/Broadcast* em 11 de junho.

A energia elétrica é um dos itens de maior peso na inflação oficial medida pelo IPCA, respondendo por 4,24% da cesta de consumo. O economista André Braz, coordenador de índices de preços da Fundação Getúlio Vargas (FGV), diz que um aumento da bandeira para R\$ 11,00 levaria a uma alta de 10,5% no item energia elétrica.



Rádio e TV. Em rede nacional, Albuquerque disse que consumo consciente reduz pressão no sistema e custo de energia

• Peso na inflação
4,24%
é a participação da energia elétrica na cesta de consumo que define a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA), sendo um dos itens de mais peso na composição do indicador

Esse efeito, sozinho, geraria um impacto de 0,4 ponto percentual na inflação em julho. Na inflação das famílias de baixa renda, medida pelo INPC, o impacto seria até maior — superior a 0,5 ponto, afirma Braz. O sócio e economista-chefe

da RPS Capital, Gabriel Leal de Barros, calcula um impacto no IPCA de 0,25 ponto percentual, se a bandeira for reajustada para R\$ 11,50, e de 0,27 ponto, se for para R\$ 12,00.

O entendimento é que o setor elétrico passa por um momento nunca visto antes e que será necessário fazer frente aos custos elevados de usinas térmicas, necessárias para garantir o fornecimento de energia no País. Por isso, a avaliação é que seria necessário dar um sinal claro aos consumidores de que a geração de energia está mais cara. O atual nível da bandeira vermelha dois não tem sido suficiente para incentivar os consumidores a economiza-

rem energia.

Ontem à noite, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, pediu em pronunciamento em rede nacional de rádio e TV que a população poupe água e energia (*mais informações ao lado*).

Regras. O sistema de bandeiras tarifárias foi criado em 2015 para indicar os valores da energia no País aos consumidores. Na prática, as cores e modalidades — verde, amarela e vermelha nível um e dois — indicam se haverá ou não cobrança extra nas contas de luz. A medida também atenuou os efeitos no orçamento das distribuidoras. Até então, as empresas eram

obrigadas a carregar os custos, que só eram repassados às contas de luz no reajuste tarifário anual.

Enquanto os reajustes tarifários ordinários nas tarifas dos consumidores são feitos apenas uma vez por ano, os valores das bandeiras são repassados mensalmente. Porém, com o agravamento da crise hídrica e o aumento do custo de geração, eles não têm sido suficientes para cobrir toda a despesa para a compra de energia. Assim, há um problema de descasamento entre o que as concessionárias precisam pagar agora aos geradores e o que estão efetivamente recebendo dos consumidores. / COLABOROU IDIANA TOMAZELLI

Ministro pede economia no uso de energia e água

BRASÍLIA

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, pediu na noite de ontem à colaboração da população para economizar energia e água por causa da crise hídrica. Em pronunciamento oficial em cadeia de rádio e TV, ele afirmou que é natural que os brasileiros tenham preocupação com a possibilidade de um racionamento, como aconteceu em 2001. O ministro reiterou que o governo está atento e afirmou que o sistema elétrico brasileiro evoluiu nos últimos anos, o que traz "garantido fornecimento de energia elétrica aos brasileiros".

Durante o pronunciamento, o ministro citou medidas do governo para enfrentar a situação, incluindo um programa de redução de consumo voluntário para incentivar grandes empresas e indústrias a deslocarem o uso de energia para horários menos disputados. O mecanismo ainda está em elaboração e não há previsão de quando será lançado. Segundo o ministro, o consumo consciente vai reduzir a pressão no sistema elétrico e o custo da energia gerada.

"Essas medidas são essenciais, mas, para aumentar nossa segurança energética, é fundamental que, além dos setores do comércio, de serviços e da indústria, a sociedade brasileira participe desse esforço, evitando desperdícios no consumo de energia. Com isso, conseguiremos minimizar os impactos no dia a dia da população." / MARILIA SABINO e A.M.

Economia rebate críticas à tributária

Diante de ataques de empresários e investidores, equipe econômica vê a revisão do IR como meio de melhorar distribuição de renda no País

Adriana Fernandes | BRASÍLIA

Após as críticas do setor produtivo de que o governo pesou a mão na taxaço das empresas na proposta de reforma do Imposto de Renda (IR), o assessor especial do Ministério da Economia para a reforma tributária, Isaías Coelho, diz que o projeto seria pró-distribuição de renda, ao redistribuir o peso da carga tributária com mais justiça e em linha com o que é praticado no resto do mundo.

"Há 25 anos, nós não tributamos dividendos. Para o acionista é um paraíso. Mas, do ponto de vista social, não é certo", afirma Coelho ao Estadão. Ele diz que o projeto permite desonerar a empresa e dar uma folga maior do Imposto de Renda ao trabalhador assalariado.

Pelo texto, a distribuição de lucros e dividendos pelas empresas aos seus acionistas passará a ser cobrada com uma alíquota de 20%. O valor foi considerado muito alto pelo setor empresarial, que chiou e começou, já no fim de semana, depois do anúncio do projeto na sexta-feira, uma mobilização de pressão sobre os deputados para ajustes no texto.

Segundo apurou o Estadão, empresários procuraram o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), e outras lideranças do Congresso para pedir mudanças. Uma das críticas é de que o projeto vai afugentar investidores, principalmente os estrangeiros.

Os empresários querem reduzir a alíquota de 20% para 10%. Mas um meio-termo, de 15%, já está na mesa de negociação. A faixa de isenção de R\$ 20 mil para a taxaço do lucro e dividendos também poderá ser alterada. No mercado financeiro, os analistas começaram a divulgar estimativas de impacto das mudanças nas grandes empresas, e as notícias do projeto têm influenciado os preços.

Avolta da taxaço de dividendos foi tema de debate na campanha eleitoral e ganhou mais apoadores com a pandemia da covid-19, que aumentou a pobreza no Brasil e calentou a defesa por uma melhor distribuição de renda no País.

Os empresários reclamam que a redução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) para compensar a taxaço dos lucros e dividendos foi pequena. Coelho admite que a equipe econômica gostaria de uma redução de cinco pontos percentuais (de 34% para 29% num prazo de dois anos) na alíquota fosse maior, mas as restrições fiscais impediram um movimento mais forte.

"É o que foi possível fazer", diz. "Ninguém gosta de pagar imposto. Quem pode estar infeliz é quem estava totalmente isento. São as pessoas que recebem dividendos e terão que pa-



Questão social. Isentar dividendos 'não é certo', diz Coelho

gar 20%." Na avaliação dele, o projeto deve ser analisado com um conjunto, com todas as suas medidas, entre elas, as que dão tratamento mais uniforme à tributação do IR sobre os ganhos no mercado de capitais.

Ao rebater as críticas de que o

projeto atrapalha os investimentos externos no País, Coelho ressalta que, para o investidor, o que interessa é a situação da empresa, a redução da alíquota do IRPJ e o aumento da capacidade da empresa de fazer mais investimentos. Na regra

atual, explica o assessor, uma empresa com lucro de R\$ 1 milhão tem de tirar R\$ 240 mil para pagar de imposto. Sobram R\$ 660 mil para investir ou distribuir aos acionistas. Agora, com o projeto, pagará R\$ 290 mil, sobrando R\$ 710 mil. "Sobrará mais dinheiro no caixa. Ela pode distribuir um pedacinho e deixar o resto para distribuir mais adiante. O fato é que tem um efeito positivo em termos de caixa", justifica.

Ele reconhece que as empresas que declaram pelo lucro presumido, como os escritórios de advocacia, vão pagar mais. "Elas pagam muito menos imposto. Nesse caso, o impacto é alto e é certo. Tem de cobrar mesmo. Todos têm de pagar e elas não estavam pagando", diz.

A chamada "pejotização", avaliação, não ficará tão interessante com a mudança como apontam alguns especialistas. A pejotização é a prática de profissionais liberais com ganhos mais elevados pagarem menos imposto como pessoa jurídica. "Vai correr

ENTREVISTA

Marcos Cintra, ex-secretário da Receita do governo Bolsonaro

'Tributar lucro e dividendo afasta investidores'

BRASÍLIA

Primeiro secretário da Receita do governo Bolsonaro, o economista Marcos Cintra é uma voz ácida contra o projeto de lei que altera o Imposto de Renda. Segundo ele, a tributação de lucros e dividendos com alíquota de 20% vai promover aumento brutal da carga tributária, distorções no sistema e afugentar os investidores. Cintra diz que sempre se opôs ao fim da isenção que existe hoje quando esteve na equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes.

Como o sr. vê a reforma?

A motivação principal foi a promessa de campanha do presidente Bolsonaro de mexer na pessoa física com a correção da tabela. E, a partir daí, se aproveitou o momento de fazer uma faxina, principalmente, na pessoa jurídica e no mercado de capitais. Esse segundo aspecto é uma visão que o Ministério da Economia tem de tributar os dividendos. Essa é uma visão equivocada, com o argumento de que todos os países do mundo cobram. Ignorando o fato de que a isenção foi um aperfeiçoamento que o Brasil corajosamente implantou há 25 anos.

Por que não tributar os dividendos, se o Brasil tributa aluguel, salários e tantas outras coisas?

Na campanha eleitoral, a volta dessa tributação foi prometida também. O sr. esteve no início do governo Bolsonaro e sabe disso. Isso. Eu sempre me opus quando eu estive lá. Existe uma tributação de pessoa jurídica e existe a pessoa física. A tributação da pessoa física se dá no momento quando o dinheiro entra na sua conta. A da pessoa jurídica se dá em dois momentos primeiro quando o lucro é gerado e segundo quando ele é distribuído. Então, a tributação do lucro será a soma de duas alíquotas, na geração do imposto e na distribuição. O que a tributação no Brasil há 25 anos fez foi acabar com essa distorção, e isso teve impactos positivos, como o fortalecimento em Bolsa. Nós vamos ter subitamente uma alteração importante na competitividade da economia como mecanismo capaz de atrair investimento estrangeiro.

Tributação

"É o que foi possível fazer. Ninguém gosta de pagar imposto. Quem pode estar infeliz é quem estava isento. São as pessoas que recebem dividendos e terão de pagar 20%."

Isaías Coelho

ASSESSOR ESPECIAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA PARA REFORMA TRIBUTÁRIA

para onde? Para o lucro presumido? Lá aumentou muito, se tornou muito menos interessante. Muita gente que está declarando pelo lucro presumido não vai nem querer estar lá." Eventuais mudanças em outras isenções serão tratadas em separado na PEC emergencial. COLABORARAM EDUARDO LA GUNA E FRANCISCO CARLOS DE ASSIS

Mudanças no IR põem em xeque fundos imobiliários Pág. B4

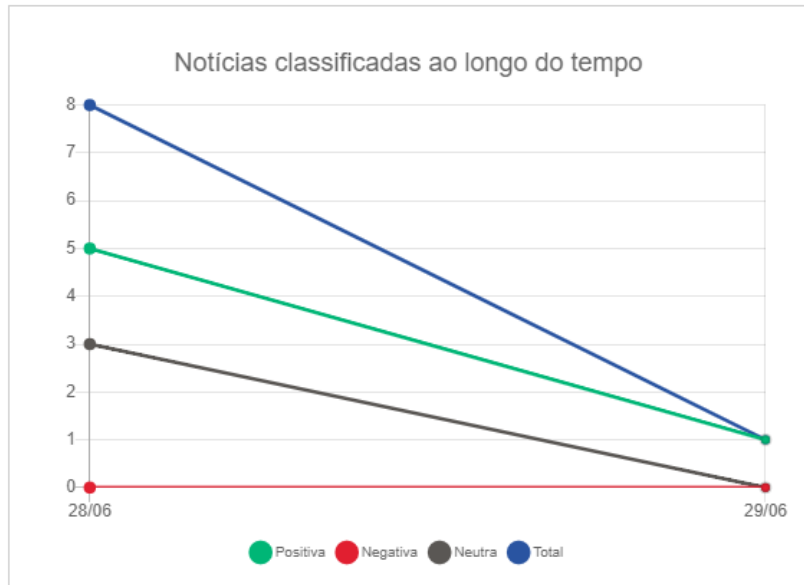
GRÁFICOS

6
Positiva

0
Negativa

3
Neutra

9
Total



Principais Fontes

FONTES	NOTÍCIAS
HTTP://BLOG.TRIBUNADONORTE.COM.BR/	1
HTTP://WWW.TRIBUNADENOTICIAS.COM.BR/	1
HTTP://WWW.TRIBUNADONORTE.COM.BR/	1
HTTPS://BLOGANTENADO.COM/	1
HTTPS://CRISTINALIRA.COM/	1

Porcentagem das Principais Fontes

